

Juliana Filipa Barros Valquaresma

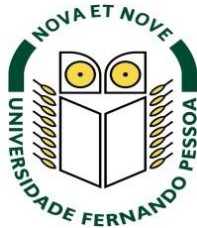


“Ciberstalking: Prevalência e estratégias de coping em estudantes do ensino secundário”

Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Porto, Janeiro de 2016

Juliana Filipa Barros Valquaresma

Assinatura: _____



“Ciberstalking: Prevalência e estratégias de coping em estudantes do ensino secundário”

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de mestre em Psicologia Jurídica, sob orientação da Prof.^a Doutora Ana Sani.

Universidade Fernando Pessoa

Porto, Janeiro de 2016

Resumo

O crescente uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC) tem gerado modificações no que respeita ao processo de socialização humana, de tal forma que têm provocado uma mudança nos perfis de risco e de exposição dos sujeitos, facilitando assim a descoberta de informações de forma mais invasiva. Com esta crescente difusão das tecnologias de informação e comunicação, fenómenos como o *ciberstalking* começam a ter mais expressão e visibilidade social. Esta é uma forma de perseguição inovadora face ao *stalking* no mundo real, tendo como principal contexto o mundo virtual.

A presente investigação pretende conhecer a prevalência do *ciberstalking*, quais as dinâmicas do fenómeno e quais as estratégias de *coping* utilizadas pelas vítimas. Os dados foram recolhidos junto de 259 estudantes do ensino secundário, através da divulgação de um questionário online via e-mail.

A investigação é composta por um questionário sociodemográfico, pela Escala de Avaliação de *ciberstalking* (E.A.C.: Spitzberg & Cupach, 1999; traduzido e validado por Carvalho & Matos, 2010) e pela Escala de *Coping no Stalking* (E.C.S.: Spitzberg, 2011; traduzido e validado por Carrasquinho, Sani & Soeiro, 2014). Da análise estatística efetuada é possível concluir que a taxa de prevalência de *ciberstalking* é de 68%, quando 25.5% autorrelatou a vitimação. Os comportamentos de *ciberstalking* mais frequentes são de hiperintimidade. As estratégias de *coping* mais usadas pelas vítimas de *ciberstalking* são estratégias que envolvem evitar o contacto ou negar e minimizar os comportamentos do *stalker*.

Palavras-chave: *ciberstalking*; *Coping*; Prevalência; Vitimação

Abstract

The increasing use of information and communication technologies has generated changes with regard to the human socialization process. So that has caused a change in the risk profile and exposure of the subject, thereby facilitating the discovery of information more invasively. With this increasing spread of information and communication technologies, phenomena such as cyberstalking begin to have more expression and social visibility. This is an innovative form of persecution against the stalking in the real world, the main context the virtual world.

This research aims to determine the prevalence of cyberstalking, which the phenomenon of dynamic and what coping strategies used by victims. The data have been collected from 259 high school students through the dissemination of an online questionnaire via e-mail.

The investigation is composed by a sociodemographical questionnaire, the *Cyber Obsessional Pursuit* (E.A.C.: Spitzberg & Cupach, 1999; translated and validated by Carvalho & Matos, 2010) and *Stalking Coping Measure* (E.C.S.: Spitzberg, 2011; translated and validated by Carrasquinho, Sani & Soeiro, 2014). From the statistical analysis performed it's possible to conclude that cyberstalking prevalence rate its 69.1%, when 36.3% self-reported victimization. The most frequent cyberstalking behaviors are the hyperintimancy ones. The coping strategies most resorted by cyberstalking victims were the moving away and the moving inwards strategies.

Key-words: Cyberstalking; *Coping*; Prevalence; Victimization

Agradecimentos

Com o alcançar de mais uma etapa concluída do meu percurso académico, reveem-se os caminhos percorridos, as principais dificuldades encontradas, mas sobretudo a aprendizagem que esta experiência me permitiu adquirir. No entanto, para alcançar o sucesso contei com importantes apoios e incentivos, aos quais estarei eternamente grata, sendo inevitável prestar o meu agradecimento a todas as pessoas que tão importantes foram.

À Professora Doutora Ana Isabel Sani, enquanto coordenadora do curso pela determinação, motivação, energia, empenho e rigor na coordenação do Mestrado e enquanto orientadora, pelo apoio, paciência, disponibilidade, partilha de saber e pela total colaboração no solucionar de dúvidas e problemas que foram surgindo.

A todos os professores, por terem sido a base dos conhecimentos que hoje tenho sobre Psicologia. Agradeço a todos eles, sem exceção a dificuldade, a exigência e o gosto que empunham nas aulas, pois são o espelho de uma enorme capacidade de ensino.

Aos Jajões de Jurídica, mas em especial à Cátia Oliveira e Cristiana Pereira, principais companheiros desta viagem, pelos desabafos, força, apoio, partilha mas sobretudo pela amizade!

A todas as colegas de licenciatura, que me proporcionaram bons momentos, não só de divertimento e brincadeira mas também momentos sérios de estudo e a outros assuntos pessoais. Um enorme obrigado a todas elas.

À Daniela Mota, companheira de sempre, obrigada por não me deixares baixar os braços e por poder sempre contar contigo. À Daniela Pinto e Sara Santos, companheiras de estágio e amigas para a vida, pelos momentos de boa disposição, pelo apoio e pelo ombro amigo.

Aos meus Pais, companheiros de luta, que sempre me disponibilizaram o seu apoio e me incentivaram a lutar pelos meus objetivos e sem os quais nada disto seria possível. À minha irmã, pela paciência e compreensão de que nem sempre estive tão disponível como gostaria e por me fazer querer ser e fazer sempre mais e melhor.

Ao Tiago, companheiro de todos os momentos e sítio que me acalma a alma. É bom saber que no meio do turbilhão da vida, continua a haver um porto de abrigo. Muito obrigado pelo teu apoio, pela paciência, pela força que se sempre me transmitiste e por acreditares sempre em mim!

À Sara e ao Carlos, por serem o meu suporte, por estarem sempre presentes e disponíveis para me ouvir, por me fazerem esquecer dos problemas e me ajudarem a solucioná-los. À minha família, por serem uns exemplos para mim, pelo apoio incondicional e pelo incentivo e força que sempre me transmitiram ao longo desta jornada.

A todos aqueles que não mencionei, mas que de uma forma ou de outra contribuíram ou fizeram parte deste trajeto.

Por último, gostaria de dedicar este trabalho a quem tanta falta me faz.

Ao meu Tio “Tonito”, de quem queria tanto um dos seus abraços, daqueles de ficar sem respirar e ao “Menino António”, avô emprestado e a prova de que os laços se criam mesmo sem ser de sangue.

Sei que não estão longe, estão do outro lado do caminho, mas sinto a vossa falta e tenho muita pena de não vos ter cá para festejarmos juntos, o alcançar de mais uma etapa. São uma das minhas fontes de inspiração e um dos motivos pelos quais dou tudo o que tenho para ser melhor do que fui ontem. Um muitíssimo obrigado por tudo o que fizeram, e ainda fazem por mim.

"Isto às vezes é tremendo porque a gente quer exprimir sentimentos em relação a pessoas e as palavras são gastas e poucas. E depois aquilo que a gente sente é tão mais forte que as palavras..."

António Lobo Antunes

Índice

Introdução.....	1
1. Enquadramento Teórico	4
1.1. <i>Stalking</i> : Conceptualização	4
1.1.1. Tipificação no Código Penal Português	9
1.2. <i>Cyberstalking</i>	14
1.2.1. Tipologias de <i>Cyberstalker</i>	18
1.2.2. A Vítima.....	22
1.3. <i>Coping</i> : Conceptualização.....	24
1.3.1. Estratégias de <i>Coping</i>	27
2. Estudo Empírico	31
2.1. Objetivos	31
2.2. Método	32
2.2.1. Participantes	32
2.2.2. Instrumentos	35
2.2.3. Procedimentos	37
2.3. Resultados	38
2.3.1. Análise descritiva de frequências por item.	39
2.3.2. Prevalência de <i>cyberstalking</i> nos estudantes do ensino secundário.....	43
2.3.3. Estatística inferencial	45
2.3.4. Estratégias de <i>coping</i> das vítimas de <i>cyberstalking</i>	46
2.4. Discussão dos Resultados.....	51
Conclusão	56
Referências	58
Anexos.....	65
Anexo 1. Correlação da variável idade com as subescalas EAC;.....	65
Anexo 2. Correlação variável região com as subescalas da EAC;	66
Anexo 3. Correlação variável idade com as subescalas da Escala de <i>Coping</i> no <i>Stalking</i> ;	67
Anexo 4. Correlação variável região com as subescalas da Escala de <i>Coping</i> no <i>Stalking</i> ;.....	68

Índice de Tabelas

Tabela 1. Características sociodemográficas da amostra.....	34
Tabela 2. Tabela de resposta da Escala de Avaliação de <i>Cyberstalking</i> , por item e categoria, em frequência.....	40
Tabela 3. Média ponderada da frequência das subescalas da Escala de Avaliação de <i>Cyberstalking</i>	42
Tabela 4. Tabela de prevalência autorrelatada vs prevalência real de <i>cyberstalking</i>	44
Tabela 5. Diferenças significativas entre a subescala de ameaça em função do sexo: Resultado do Teste-T	45
Tabela 6. Tabela de resposta da Escala de <i>Coping</i> no <i>Stalking</i> , por item e categoria, em frequência.....	47
Tabela 7. Média ponderada da frequência das subescalas da Escala de <i>Coping</i> no <i>Stalking</i>	49
Tabela 8. Correlação entre as subescalas da Escala de Avaliação de <i>Cyberstalking</i> e as subescalas da Escala de <i>Coping</i> no <i>Stalking</i>	50

Introdução

Nas últimas duas décadas do século XX o *stalking* foi reconhecido como um problema social por se apresentar como um problema de saúde pública e com implicações legais (Carvalho, 2011; Grangeia & Matos, 2010). Apesar de somente no final do século XX a preocupação por este fenómeno ter despertado, este diz respeito a comportamentos perpetrados na sociedade desde longa data.

Ao longo da história, as construções culturais de um amor romântico eram frequentemente representadas de forma cômica e inofensiva em livros, peças de teatro, e filmes. O comportamento obsessivo de namoro, apesar de indesejado, era ser visto como aceitável, ou mesmo como admirável, se for motivado pelo verdadeiro amor, ocultando a fronteira entre o comportamento romântico que é socialmente aceitável, e aquele que é obsessivo, intrusivo, e criminal (Tjaden, 1998). Shakespeare criou numerosas histórias que descrevem a dualidade romance-obsessão, sendo que histórias como estas podem ajudar a explicar o porquê do *stalking* ainda continuar a ser visto como ambivalente pela sociedade (Spitzberg & Cupach, 2003).

Designado na literatura como *stalker*, o autor deste tipo de comportamentos, é alguém que persegue outro indivíduo persistentemente de modo a incutir-lhe medo. Segundo Pathé e Mullen (2001), *stalking* diz respeito a um conjunto de comportamentos de intrusão e comunicação, infligidos por um indivíduo sobre outro de forma indesejada, envolvendo um conjunto de ações repetidas em que uma pessoa perturba a privacidade de outra, em busca de intimidade, e que podem traduzir-se em ações rotineiras ou em ações de carácter ameaçador (Grangeia & Matos, 2010). O ato de “espreitar” e perseguir existe há vários séculos e contraria a crença de que este é um comportamento novo. Desta forma, o conceito de *stalking*, na sua definição mais clássica, revela um carácter predatório,

surgindo de um contexto animal em que “*to stalk*” consiste no ato de espreitar e de se aproximar da caça silenciosamente, sem se ser notado e o *stalker* é visto como o caçador que espreita a caça e que a persegue (Mullen, Pathé, & Purcell, 2001).

Contudo, a consciencialização do fenómeno como problema social surgiu para designar um padrão de perseguição e de condutas que precediam crimes violentos, por vezes até fatais, contra celebridades por parte dos seus fãs. Desta forma, o que era considerado um fenómeno associado exclusivamente à vitimação de celebridades, foi posteriormente associado ao contexto da vitimação contra a mulher e a situações domésticas, após muitas mulheres relatarem terem sido perseguidas por ex-maridos ou outros com os quais tenham mantido uma relação (Haugaard & Seri, 2004). Atualmente, configura-se como uma faceta de violência interpessoal, incluindo no seu largo espectro novas tecnologias enquanto meios de intrusão (Grangeia & Matos, 2011).

Paralelamente, a atenção dedicada pelos movimentos sociais, gerou mudanças legislativas em alguns países e levou também a que a comunidade científica começasse progressivamente a debruçar-se sobre esta forma de vitimação (Grangeia & Matos, 2010). Esta crescente atenção da comunidade científica face ao fenómeno permitiu uma maior consciencialização desta modalidade de vitimação patrocinando o escrutínio das realidades em diferentes contextos e populações.

Na atualidade, a comunicação é frequentemente mediada por novas tecnologias, em especial, por redes sociais tais como Facebook, Instagram, Twitter, entre outras, que permitem aceder a todo o tipo de informação, a qualquer hora e em qualquer lugar, permitindo assim, que todos tenham conhecimento de tudo o que pretenderem. Estas caracterizam-se pelo espaço que facultam aos indivíduos para estabelecer contactos e ligações a familiares, amigos e conhecidos, e são consideradas úteis relativamente à procura de informação acerca de outra pessoa, pois permitem aos seus utilizadores

registar as suas atividades do quotidiano, como se todos espreitassem o diário pessoal de um indivíduo (Phillips & Spitzberg, 2010) e, muitas vezes, também fora da sua rede. Apesar de estas inicialmente terem sido desenvolvidas para um público-alvo jovem adulto, já foram adotadas por pessoas de todas as idades (Carvalho, 2011).

No entanto, este meio também permite ao *stalker* intimidar o seu alvo à distância, das mais variadas formas, com o intuito de comunicar, intimidar e ameaçar, ou até roubar a sua identidade nas redes sociais, fazer-se passar pela vítima e difamá-la ou aceder a informações privadas desta. A este fenómeno chama-se *ciberstalking* (Carvalho, 2010; Hensler-McGinnis, 2008). Esta forma de vitimação parece especialmente preocupante uma vez que pode afetar qualquer pessoa, independentemente do sexo, orientação sexual, etnia, faixa etária ou classe social, apesar dos jovens adultos serem referenciados como mais vulneráveis. Considera-se que este tipo de assédio tem vindo a aumentar (Alexy, Burgess, Baker, & Smoyak, 2005), principalmente porque cada vez mais os indivíduos privilegiam o contacto através de meios eletrónicos (INE, 2012).

Desta forma, a presente investigação tem por objetivo inicial a realização de um enquadramento teórico, do *stalking* e de um fenómeno análogo, o *ciberstalking*, assim como sobre as respostas a essas situações, o *coping* e as estratégias de *coping*. Posteriormente segue-se a revisão empírica, investigação que contou com a colaboração de 259 estudantes do ensino secundário, uma das populações que mais utiliza o mundo virtual no seu dia-a-dia, com o propósito de determinar a prevalência do fenómeno em Portugal, as características da vítima, os comportamentos mais utilizados pelo *ciberstalker* e as estratégias de *coping* da vítima para lidar com a situação. Os resultados são obtidos com recurso à análise estatística como recurso para apurar as diferenças significativas existentes.

1. Enquadramento Teórico

1.1. *Stalking*: Conceptualização

O conceito de *stalking*, até finais dos anos 80 não foi alvo de uma verdadeira consciencialização. O termo apenas adquiriu visibilidade social no início dos anos 90, nos Estados Unidos da América, após a divulgação por parte dos media, para descrever as situações de perseguição por parte de fãs, de que eram alvo algumas figuras públicas. Ou seja, o fenómeno de *stalking* foi, inicialmente, visto como um fenómeno de vitimação exclusivo de pessoas famosas, por pessoas com o objetivo de obter proximidade. Contudo, alguns desses casos tomaram contornos mais graves e levaram à ocorrência de crimes. Assim sendo, o *stalking* ficou fortemente associado ao homicídio da atriz Rebecca Schaeffer em 1989, quando esta foi assassinada por um fã, após várias investidas com intuito de a contactar diretamente. Spitzberg e Cadiz (2002) e Wykes (2007), relataram a cobertura sensacionalista que foi feita, e a forma como outros acontecimentos de perseguição e assédio a celebridades foram rapidamente conotados como *stalking*.

Paralelamente, a atenção dedicada pelos movimentos sociais, e as consequentes mudanças legislativas implementadas em alguns países, conferiram uma maior notoriedade ao problema, levando a que também a comunidade científica começasse progressivamente a debruçar-se sobre esta forma de vitimação, demonstrando que o *stalking* também está presente e é experienciado pela população em geral.

Atualmente verifica-se um maior interesse por parte dos investigadores em explorar o fenómeno, os seus intervenientes e as suas consequências, assim como auxiliar na sua criminalização, na sua prevenção e intervenção (e.g., Matos et al., 2011; Grangeia & Matos, 2010).

Os primeiros estudos realizados nesta área, especialmente os estudos de prevalência que decorreram em alguns países, permitiram não só captar as suas principais características, como também reconhecer o *stalking* como um fenómeno de justiça criminal e de saúde pública (Grangeia & Matos, 2011). No contexto das atividades criminais envolvendo seres humanos, o *stalking* é geralmente considerado quando um indivíduo segue clandestinamente os movimentos de outrem (Tavani & Grodzinsky, 2002).

O *stalking* representa um padrão de comportamentos de assédio persistente, que decorre de tentativas em estabelecer contacto com uma pessoa, de forma forçada e persistente, envolvendo diversas formas de comunicação, contacto e vigilância de uma pessoa-alvo por parte do *stalker* (Grangeia & Matos, 2010). No entanto a sua definição representa para os investigadores um desafio, uma vez que não é possível definir o fenómeno através de um ato isolado, mas sim através de um conjunto de comportamentos que constituem uma campanha de assédio. Os comportamentos perpetrados podem consistir em ações rotineiras e aparentemente inofensivas (como a oferta de presentes) ou em ações intimidatórias (por exemplo, perseguição). Estes comportamentos são percecionados pela vítima como ameaçadores e podem ocorrer no âmbito de uma relação de conhecimento prévio entre as pessoas ou surgir numa situação em que se intenta um conhecimento ou até uma nova relação (Meloy, 1998 citado por Bocij, 2002; Carvalho, 2010), não existindo um perfil de *stalker* único.

Na maioria das vezes este fenómeno é analisado apenas como uma relação onde se pretende obter uma relação de intimidade e de facto, a maioria dos episódios de *stalking* encontram-se enquadrados nesta situação, mas nem todas as ocorrências têm como objetivo a relação de intimidade, visto que se encontra dependente das motivações do *stalker* e este pode ser motivado por vários sentimentos, como a vingança, o ciúme, o

amor irracional, ou de perda de meios de subsistência ou do trabalho. Todavia, a relação nem sempre é mutuamente desejada e nem sempre o *stalker* reúne ferramentas que lhe permitam lidar com a rejeição.

O comportamento ameaçador pode manifestar-se de forma direta e/ou indireta, sendo que por vezes as ações praticadas pelo *stalker*, são tão aparentemente inofensivas e invisíveis que a própria vítima não se apercebe do seu estatuto numa fase inicial (Tjaden & Thoennes, 1998 citado por Alexy et al., 2005). Contudo, os comportamentos podem também ser extremamente intimidatórios, como ameaças através dos meios de comunicação, ou mesmo de carácter direto, perseguições constantes, procurar a vítima no seu local de trabalho ou até mesmo na sua própria casa, entre outras, de forma a que a vítima viva marcada pelo medo, instabilidade e mal-estar (Sheridan, Blaauw, & Davis, 2003). Mesmo que não atinjam o extremo mais severo de comportamentos, as estratégias de vitimação por *stalking*, pela sua natureza crónica e intrusiva, constituem uma verdadeira campanha de assédio, capaz de comprometer fortemente o bem-estar e qualidade de vida da vítima.

Também o contexto onde ocorre e o modo como ocorre tem uma ampla variedade. Segundo Cupach e Spitzberg (2014) o assédio tende a persistir durante anos e é feito através de diversos contextos, locais e formas de comunicação. O contacto pode ser feito quer pessoalmente, quer como por carta ou até através de métodos eletrónicos, com uma maior frequência dos contactos nesta dinâmica relacional do que numa relação amorosa. Cupach e Spitzberg (2004) salientam ainda uma outra problemática subjacente ao *stalking*, que se prende com a sua temporalidade. Para os autores, quanto mais se prolongam no tempo, mais estas condutas tendem a escalar na sua frequência e gravidade, e a associar-se a outros tipos de violência (e.g., física, sexual, psicológica) e, também, a ameaças.

Estudos clínicos e epidemiológicos confirmam que os principais perpetradores deste crime são homens e que a esmagadora maioria das vítimas são mulheres. A nível internacional, numa meta-análise elaborada por Spitzberg e Cupach (2007) que pretendia procurar a prevalência de vitimação por *stalking* na comunidade foram obtidos valores na ordem dos 18%, enquanto a nível nacional, num estudo elaborado por Matos e Colaboradoras (2011) com uma amostra de 1210 participantes, 52.9% era do sexo feminino e 47.1% era do sexo masculino. No estudo de Matos, Grangeia, Ferreira e Azevedo (2011), verificou-se que 19.5% dos participantes já foi vítima de *stalking* e em 40.2% dos participantes o agressor não é desconhecido para as vítimas. Sendo o cenário nacional muito semelhante ao cenário internacional no que respeita à prevalência do *stalking*.

No estudo de Budd et al., (2000), as mulheres jovens encontravam-se particularmente em risco com 16.8% das mulheres com idades compreendidas entre os 16 e os 19 anos, a relatarem um episódio de *stalking*.

Assumindo uma conotação de aviso, de perigo ou até de imprevisibilidade, a sua experiência relaciona-se com a perceção de ameaça constante por parte da vítima. Compreender o *stalking*, implica a sua conceptualização enquanto múltiplos riscos, tais como o risco de violência, de persistência, de reincidência e de dano.

O *stalking* não está, porém, associado necessariamente a patologias, englobando o comportamento de muitas pessoas "normais", que, por inúmeras razões, perseguem os seus parceiros amorosos, os seus conhecidos, cônjuges e outros membros da família (Tjaden, 1998). Contudo, alguns estudos apontam a possibilidade de haver algum tipo de perturbação mental, sendo prevalente a perturbação de personalidade (Mullen, 1999, citado em Sheridan et al., 2003), bem como outras perturbações relacionadas com o abuso

ou dependência de substâncias, distúrbio de humor e esquizofrenia (Meloy, 1999 citado por Sheridan et al., 2003).

Mullen e colaboradores (2000) avançaram uma tipologia de *stalker*, baseando-se no contexto de ocorrência, nas motivações do *stalker*, no seu estado mental e na sua relação prévia com a vítima (Sheridan et al., 2003). Assim, o *stalker* pode ser classificado de 5 formas diferentes. O *stalker* rejeitado, que irá perseguir as suas vítimas com o propósito de alterar uma rejeição de que foi alvo (divórcio, separação, etc) e conseguir a reconciliação, sendo que neste caso a vítima é normalmente um ex-companheiro amoroso. O *stalker* que procura intimidade, que irá procurar meios para estabelecer um relacionamento íntimo com uma vítima cujas características idealizou. Para ele, a aproximação é um objetivo a longo prazo, sonhando vir a estabelecer uma relação amorosa, independentemente das reações negativas da vítima. O *stalker* pretendente incompetente, trata-se de um indivíduo com fracas competências sociais e/ou de sedução que desenvolve uma fixação ou, em alguns casos, um sentimento de direito a um relacionamento íntimo com alguém por quem sente uma atração física e/ou amorosa. O *stalker* ressentido/rancoroso, que mantém um sentimento de ressentimento constante para com a vítima, que acredita que o prejudicou, ansiando pela vingança. Por último o *stalker* predador, que tal como o nome sugere os seus comportamentos de perseguição constituem uma fase de preparação de um ataque sexual.

No entanto, indivíduos com dificuldades de relacionamento, com um passado complicado, composto por um elevado número de relações falhadas preenchem "os requisitos básicos" para se tornarem *stalkers* no momento em que tentam lidar com os seus fracassos sociais e emocionais (Spitzberg & Cupach, 2003). Os indivíduos com um passado problemático, que constantemente, ameaçam os seus companheiros e/ou ex-companheiros, estão também entre os que terão elevada probabilidade de se envolver em

situações relacionadas com *stalking* e/ou outros comportamentos violentos, fruto da sua carência, e conseqüente procura de controlo e poder sob a sua vítima. Nas situações de *stalking*, termos como poder e controlo são considerados como despoletadores de situações de violência (Brewster, 2000 citado por Carvalho, 2010).

Em suma, é possível dizer que o *stalking* reúne várias condições: 1) uma conduta, referindo-se a eventos múltiplos ou repetidos em diferentes contextos e tempos, 2) de natureza claramente indesejada e intrusiva, 3) que provoque medo, expresse uma ameaça credível, ou que leve a pessoa a temer pela sua segurança (Spitzberg & Cupach, 2007; Tjaden & Thoennes, 1998). Sendo este um fenómeno abrangente, enfrenta constrangimentos no que diz respeito às possíveis motivações que estão na sua origem, à panóplia de alvos possíveis, bem como nos diversos contextos em que poderá ocorrer. Desta forma, será correto afirmar que as condutas do *stalking* acabaram por ser transpostas também para o mundo virtual.

1.1.1. Tipificação no Código Penal Português

À semelhança do plano internacional, Portugal tipificou recentemente no seu Código Penal Português, o *stalking*. No entanto e uma vez que não existe uma tradução conceptual satisfatória para o termo *stalking* numa única palavra portuguesa, embora existam algumas expressões que refletem o sentido do termo inglês, tais como “perseguição obsessiva”, “assédio”, “fixação doentia” e “marcação cerrada”, optou-se pela expressão “Perseguição”, uma vez que este é um conceito que hoje é facilmente reconhecido pela generalidade das pessoas. Assim sendo, foi publicado no Diário da República a Lei n.º 83/2015 de 5 de Agosto, que altera o nosso Código Penal e autonomiza o crime de mutilação genital feminina, criando os crimes de perseguição e casamento forçado e alterando os crimes de violação, coação sexual e importunação sexual, em cumprimento do disposto na Convenção de Istambul, aprovada em Portugal em 2012.

Esta é uma Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica, adotada em Istambul, a 11 de maio de 2011, com o objetivo de proteger as mulheres contra todas as formas de violência, contribuir para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e promover a igualdade real entre mulheres e homens, promover a cooperação internacional, tendo em vista a eliminação da violência contra as mulheres e da violência doméstica, apoiar e assistir as organizações e os serviços responsáveis pela aplicação da lei para que cooperem de maneira eficaz, tendo em vista a adoção de uma abordagem integrada para a eliminação da violência contra as mulheres e da violência doméstica, entre outros.

Desde a mediatização dada ao fenómeno nos Estados Unidos da América que foram vários os países a criminalizar o *stalking*. No entanto no processo legislativo anti-*stalking* europeu, os caminhos seguidos nem sempre foram os mesmos. De um modo geral, podemos dizer que foram seguidos três caminhos distintos: em alguns países foram introduzidos novos artigos nos Códigos Penais, noutros foram alterados artigos já existentes de maneira a que ficasse previsto o novo tipo criminal e nos países onde não existe legislação específica que tipifique este crime, só é possível agir penalmente contra determinado agente se este praticar algum dos crimes já previstos e punidos nos respetivos códigos penais.

De acordo com o Código Penal Dinamarquês, o *stalking* é criminalizado desde 1993, o que torna a Dinamarca num dos países pioneiros na implementação de legislação anti-*stalking*. No entanto em 1912, este país já possuía legislação que punia quem cometesse condutas de assédio (Luz, 2012).

No caso do Reino Unido, a implementação desta lei no ano de 1997, ficou a dever-se à realização de uma campanha nacional que envolveu os media, celebridades

que tinham sido vítimas de perseguição, membros da Família Real Britânica, associações de mulheres e ainda a comunidade científica, que muito estudou este assunto. A forma que a Bélgica utilizou para criminalizar o *stalking*, em 1998, foi idêntica ao método utilizado pelo Reino Unido (Luz, 2012).

Na Irlanda, o crime de *stalking* foi introduzido em 1997 e destinava-se a criminalizar também outras formas de assédio. A criminalização do *stalking* em Malta, no ano de 1997, ocorreu de forma distinta, relativamente com o que se passou nos restantes países europeus. A ideia da punição do *stalking* partiu do seu legislador, e só posteriormente é que a comunidade científica e académica discutiu o assunto (Luz, 2012).

A criminalização do *stalking* na Holanda, ocorreu em 2000 e foi bastante controversa, visto que muitas pessoas não concordaram com a lei nova, uma vez que consideravam a lei anterior suficiente para punir a prática desta conduta criminal, enquanto outras pessoas referiram que a definição do crime não era concreta e que mais não era do que um risco das pessoas invadirem a vida íntima dos outros desnecessariamente. Também na Alemanha, surgiu de maneira diferente de todos os outros países já abordados. Primeiro foi implementado, em 2002, uma nova ordem de restrição/providência cautelar e só, posteriormente, em 2007 se introduziu um novo artigo no Código Penal alemão (Luz, 2012).

No caso da Áustria, surgiu em 2006 depois um grande debate, onde juízes, associações de mulheres e o legislador defenderam a implementação de uma lei que fosse penalizar quem cometesse este tipo de condutas (Luz, 2012).

Em Itália, surgiu em 2009, depois dos media terem noticiado que estavam a aumentar os casos de *stalking* contra ex-parceiros, e o final destas histórias, normalmente, era a morte da vítima, o que alertou bastante a comunidade científica, os tribunais e as polícias (Luz, 2012).

Contrariamente ao que sucedeu em alguns países, em Portugal, a atenção científica precedeu as medidas legislativas e as pressões sociais. Na verdade, é a partir do meio académico que emerge o reconhecimento do *stalking* enquanto forma de vitimação (Grangeia & Matos, 2010, 2011), uma vez que tem sido alvo de um estudo sistemático e aprofundado pelo Grupo de Investigação sobre *stalking* em Portugal (GISP), coordenado pela Professora Doutora Marlene Matos. Apesar de recente e das investigações sobre o *stalking* no contexto português se encontrarem numa fase inicial, os desenvolvimentos científicos têm sido bastante esclarecedores já em alguns contextos do *stalking* (Matos et al., 2011), refletindo essas investigações a necessidade de encarar o *stalking* de forma séria e comprometida.

A inexistência de uma lei anti-*stalking* portuguesa levava à existência de uma enorme dificuldade em concretizar uma intervenção mais adequada e eficaz dos vários profissionais.

Até então, em Portugal, a perseguição não se encontrava especificamente criminalizada, embora fosse possível enquadrar vários dos seus comportamentos ou contextos de ocorrência em algumas tipificações penais já existentes (Carvalho, 2010) como a violência doméstica (artigo 152.º do CP), a ameaça (artigo 153.º do CP) através da qual a pessoa que pratica *stalking*, provoca um estado de indecisão, receio e medo de atuação na vítima, que receia sofrer atos de agressão física/psicológica, passando a proceder da forma exigida, a coação (artigo 154.º do CP), em que o *stalker* coage quer física quer psicologicamente o alvo, de forma a tentar evitar a dissolução da relação; a violação de domicílio ou perturbação de vida privada (artigo 190.º do CP) quando o *stalker* se introduz na habitação do alvo sem a devida autorização, a devassa da vida privada (artigo 192.º do CP) muitas vezes, após a rutura da relação matrimonial, um dos elementos (geralmente o elemento masculino), leva a efeito um comportamento de

perseguição sobre a sua ex-cônjuge, devassando a sua vida privada, expondo-a de forma indefesa; ou as gravações e fotografias ilícitas (artigo 199.º do CP). Contudo, existiam condutas que não enquadravam qualquer tipo de crime como é o caso das perseguições, do envio de mensagens e cartas, do assédio e as constantes chamadas, entre outros comportamentos que intimidam os alvos.

Perante isto, a necessidade de intervenção legislativa neste âmbito foi reforçada pelo facto de a proteção da integridade física e psíquica das vítimas, bem como a repressão deste fenómeno não se encontrarem asseguradas, considerando-se assim, que a perseguição constitui um crime contra a liberdade pessoal.

Contudo, é de salientar que a sua tipificação abrange ainda, quer o *ciberstalking*, quer o *stalking* indireto, estando prevista uma moldura penal que pode ir até três anos de prisão ou ainda uma pena de multa, que pode ser agravada nas situações que se encontrem previstas no artigo 155.º do CP, com pena de prisão que pode ir de um até cinco anos.

Relativamente à tentativa, esta será também punida e prevê-se a aplicação de penas acessórias, tais como a proibição de contacto com a vítima, pelo período de seis meses até três anos, e de obrigação de frequência de programas específicos de prevenção de condutas típicas da perseguição.

Artigo 154.º - A

Perseguição

1- Quem, de modo reiterado, perseguir ou assediar outra pessoa, por qualquer meio, direta ou indiretamente, de forma adequada a provocar-lhe medo ou inquietação ou a prejudicar a sua liberdade de determinação, é punido com pena de prisão até 3 anos ou pena de multa, se pena mais grave não lhe couber por força de outra disposição legal.

2- A tentativa é punível.

3- Nos casos previstos no n.º 1, podem ser aplicadas ao arguido as penas acessórias de proibição de contacto com a vítima pelo período de 6 meses a 3 anos e de obrigação de frequência de programas específicos de prevenção de condutas típicas da perseguição.

4- A pena acessória de proibição de contacto com a vítima deve incluir o afastamento da residência ou do local de trabalho desta e o seu cumprimento deve ser fiscalizado por meios técnicos de controlo à distância.

5- O procedimento criminal depende de queixa.

1.2. Cyberstalking

O *cyberstalking* surgiu no mundo ocidental durante o último século, como construção sociocultural, um reflexo do progressivo reconhecimento do *stalking* e da acentuada difusão das Tecnologias de Informação e Comunicação (Carvalho, 2011). Esta crescente evolução tecnológica veio fomentar o contacto entre as pessoas e consequentemente, a intrusão. Como tal, tem-se verificado o crescimento de um fenómeno análogo ao *stalking*: o *cyberstalking*.

Assim sendo, e tendo em conta a atual realidade social, tanto a Internet como as novas tecnologias são parte integrante do quotidiano da população, bem como das suas interações sociais. A sua utilização revela-se uma mais-valia e permite-lhes assim um alargamento não só das suas redes de suporte, como também uma maior rapidez de comunicação e transmissão de informação. Contudo, o acesso desregrado a este tipo de novas tecnologias acarreta uma maior exposição a uma multiplicidade de riscos, entre os quais, o acesso a sites de conteúdo inapropriado, a predadores sexuais, entre outros, podendo igualmente ser usada como meio de vigilância e intrusão, oferecendo a capacidade de anonimato aos utilizadores que o desejarem.

É do conhecimento geral que os *stalkers* recorrem a diversos meios para alcançar o seu objetivo, inclusive às diversas tecnologias de que dispomos nos dias de hoje. A internet é um desses meios, e pode ser definida como uma rede mundial que interliga milhões de computadores em todo o mundo que facilitam a interação humana, ocorrendo esta num único espaço, designado por ciberespaço ou mundo virtual. Num estudo realizado por McEwan, Mullen, e MacKenzie (2009) no qual pretendiam identificaram

os comportamentos que os *stalkers* usam com maior regularidade, foi possível identificar o recurso a chamadas por telemóvel, o envio de *e-mails* e o envio de mensagens escritas através do telemóvel. Ou seja estamos perante três meios eletrónicos e que podem ser usados para cometer *cyberstalking*.

De acordo com Gregorie (2001), *cyberstalking* (também designado por *stalking* online, eletrónico ou virtual) consiste na utilização da internet ou outro instrumento computadorizado, com intuito de assediar ou perseguir alguém, através de ações metódicas, persistentes e indesejáveis, que causam/geram incómodo na vida das vítimas (Spitzberg & Cupach, 2007).

Apesar do consenso na literatura sobre os elementos centrais do *cyberstalking* (e.g., persistência, intenção, deliberação, indesejabilidade), a complexidade do constructo e o seu insuficiente reconhecimento, têm resultado em definições e interpretações distintas do fenómeno, uma vez que incorpora comportamentos que não estão associados ao *stalking* em contexto real (Bocij, 2002) persistindo assim uma grande controvérsia em torno da sua definição. Enquanto alguns autores assumem o *cyberstalking* como uma problemática social distinta (e.g., Bocij, 2002), outros conceptualizam-no como uma extensão do *stalking* (Meloy, 1998).

Os estudos comparativos realizados (Alexy, Burgess, Baker, & Smoyak, 2005, Sheridan & Grant, 2007) documentam a ocorrência simultânea de comportamentos online e offline, e permitem concluir que o *cyberstalking* poderá ser um modo complementar de perseguir e intimidar no mundo real. Uma vez que no caso do *stalking*, é usual existir proximidade geográfica entre vítima e agressor, pelo que o *stalker* costuma estar nos locais que a vítima frequenta para a intimidar, ameaçar e perseguir. No *cyberstalking* não é necessária a proximidade geográfica, pois para tal, os *cyberstalkers* baseiam-se no recurso à internet, para encontrar o seu alvo, identificá-lo e localizá-lo geograficamente,

recorrendo posteriormente a comportamentos como o envio e-mails, mensagens e/ou comentários negativos em redes sociais ou até sabotagem eletrónica através do envio vírus ou material hostil, ameaças, falsificação e roubo de identidade (D'Ovidio & Doyle, 2003 citado por Wykes, 2007; Matos, Grangeia, Ferreira & Azevedo, 2011; Southworth, Finn, Dawson, Fraser, & Tucker, 2007; Spitzberg & Cupach, 2007), com o intuito de fazer a vítima sentir-se impotente e vulnerável (Tokunaga, 2007).

De um modo geral, este caracteriza-se pela tentativa persistente de uma pessoa (o *ciberstalker*) em assediar outra (a vítima) recorrendo ao uso da internet, do computador pessoal e a outros aparelhos portáteis, tais como *tablets*, telemóveis e outros aparelhos com ligação à internet.

Podemos então afirmar que o *ciberstalking* é uma forma de *stalking* no mundo virtual, no qual se verifica que a Internet é uma ferramenta altamente avançada, possível de ser utilizada para atingir os objetivos do *stalker* (Tavani & Grodzinsky, 2002), verificando-se que cerca de 80% das vítimas de *stalking* revelaram ser assediadas via e-mail (Baumet al., 2009). É neste contexto que os *ciberstalkers* acabaram por encontrar uma excelente plataforma para alterar a sua rotina de perseguição em espaços públicos por espaços online.

Importa salientar que este fenómeno pode ter como alvo crianças e/ou adultos. Embora os adolescentes sejam também potenciais atores do *ciberstalking*, quer como alvos, quer como perpetradores (Matos & Pereira, 2015) o foco de investigação sobre este fenómeno tem-se centrado quase exclusivamente na população adulta e/ou universitária (e.g., Carvalho, 2011; Sheridan & Grant, 2007; Spitzberg & Hoobler, 2002).

No entanto a escolha da população já em idade adulta, encontra algumas possíveis explicações. Uma delas prende-se com o facto de assim se evitar a necessidade de realizar pedidos de autorização morosos junto dos encarregados de educação que, não

raras vezes, dificultam o processo metodológico. Outro fator poderá ser a tendência para se confundir diferentes termos e equacionar, por exemplo, o assédio e a perseguição online entre os adolescentes como casos exclusivos de cyberbullying, e/ou *sexting*.

De acordo com vários estudos, a população juvenil é aquela que apresenta maior destreza digital (Matos & Pereira, 2015), no entanto são ainda escassos os estudos que cruzam o fenómeno de *cyberstalking* com a faixa etária da adolescência. Contudo, o *cyberstalking* é um fenómeno crescente, especialmente na população juvenil (Alexy, Burgess, Baker, & Smoyak, 2005) e alguns estudos recentes demonstram a relevância do fenómeno, entre eles o estudo do National Intimate Partner and Sexual Violence Survey (NISVS) em 2010, revelou que 63% dos *cyberstalkers* eram jovens e o estudo de Ferreira, Martins e Abrunhosa (2011), com jovens dos 10 aos 18 anos, onde é possível verificar que o *cyberstalking* é o terceiro risco online mais relatado pelos adolescentes portugueses.

Aggarwal, Breeden, Henry e Mulholland (2006) referem que a Internet acompanha a criança durante todo o seu desenvolvimento, quer para a procura de informação para realização de trabalhos escolares, quer seja para a realização atividades lúdicas, como jogar online ou conversar em redes sociais. Um estudo desenvolvido por Madden et al. (2013, citado por Matos & Pereira, 2015), junto de 802 adolescentes, com idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos, revelou que o Facebook está profundamente integrado no quotidiano adolescente. Este culto pelas redes sociais torna mais acessível e aliciante o contacto entre as pessoas e fornece aos seus utilizadores uma falsa sensação de conforto que as leva a uma constante partilha de informação pessoal.

Devido a esta busca de afetos e de contacto no mundo virtual, o *cyberstalker* pode ser considerado “um solitário emocionalmente perturbado em busca de atenção e companhia no ciberespaço, que por vezes se torna obcecado por alguém que conheceu numa sala de chat” (Deirmenjian, 1999, citado por Spitzberg & Hoobler, 2002).

1.2.1. Tipologias de *Cyberstalker*

O facto do *cyberstalking* se concretizar a partir do mundo virtual, possibilita ao *cyberstalker* mover-se num ambiente especialmente atraente e vantajoso, uma vez que extravasa as barreiras geográficas que se encontram associadas ao *stalking*. Desta forma, o *cyberstalker* tem a oportunidade de perseguir o alvo quer este esteja na mesma zona geográfica, quer este esteja num país diferente. Contudo, o facto de se concretizar via mundo virtual, oferece ainda uma outra vantagem ao *cyberstalker*, ou seja, a possibilidade de anonimato, favorecida pela variedade de táticas gratuitas e de fácil concretização (Reno, 1999 citado por Matos & Pereira, 2015). Uma vez protegido pelo anonimato, torna-se mais difícil identificar a identidade do autor dos contactos indesejados (Bocij, 2003). Por este motivo, assume-se que os *cyberstalkers* exibem, normalmente, uma maior proficiência informática comparativamente aos *stalkers* convencionais, existindo assim, particularidades do *cyberstalking* que contrastam com o *stalking* (Matos & Pereira, 2015).

São várias as ações que compõe o conjunto de intromissão na vida das vítimas. A maioria dos *cyberstalkers* têm um comportamento padrão que pode começar com algo atroz, tentando de forma exagerada reunir informações sobre o seu alvo, seja através de conhecidos, familiares, visitando constantemente os seus perfis nas redes sociais ou seguindo os passos online das pessoas, com o intuito de posteriormente usar estas informações como uma forma de controlo, poder ou até, nos casos mais graves como ameaças e/ou chantagens.

Uma forma também muito frequentemente utilizada pelo *cyberstalker* consiste em manter a sua identidade anónima, fazer-se passar por outra pessoa, ou ainda ganhar, inicialmente, confiança com a vítima para posteriormente poder executar as condutas de *stalking* (Tavani & Grodzinsky, 2002).

Alguns dos seus comportamentos, à semelhança com o *stalking*, incluem ações rotineiras e aparentemente inofensivas, tais como fazer publicações no facebook, mas também ações de carácter intimidatório, como o envio de mensagens ameaçadoras ou mais grave ainda, o roubo de identidade. Estes comportamentos podem, ainda, ser realizados de forma direta, isto é, dirigidos diretamente ao alvo e/ou de forma indireta, através da criação/divulgação de texto e/ou de imagens falsas (Bocij, 2003).

Relativamente aos motivos que levam o agente a executar estas ações podemos referir a crença de que, por não haver contacto físico, a sua conduta não representa uma ameaça para as suas vítimas. No entanto, mesmo não existindo uma ameaça física direta, este estilo de *stalking* é muito perigoso, visto que pode destruir a vida da vítima, desde a sua tranquilidade à sua saúde mental, sendo várias as consequências traumáticas que podem ocorrer, tais como os distúrbios de sono, distúrbios alimentares, stress, sensação de estar a ser vigiado constantemente, pesadelos recorrentes e diminuição do sentimento de segurança (Gregorie, 2001).

Paralelamente, quer o *stalker*, quer o *ciberstalker* partilham o desejo de exercer poder, controlo e influência sobre o alvo, tendendo a escalar na frequência e na gravidade da perseguição, face à não correspondência do alvo e é através do processo da escalada dos comportamentos que o *ciberstalker* se torna cada vez mais dominador e intrusivo (Grangeia & Matos, 2010).

Relativamente a estes comportamentos do *stalker* dirigidos às vítimas, Spitzberg e Cupach (2007) elaboraram uma meta-análise de 175 estudos sobre *stalking* com parceiros íntimos onde identificaram oito tipos de comportamentos incluídos no *stalking*: 1) hiperintimidade, 2) contactos mediados, 3) contactos de interação, 4) vigilância, 5) invasão, 6) assédio e intimidação, 7) coerção e ameaças e 8) agressão ou vandalismo.

Os comportamentos de hiperintimidade dizem respeito a demonstrações de afeto de caráter obsessivo que são vistos como impróprios (Spitzberg & Cupach, 2003; Spitzberg & Cupach, 2007). Por sua vez, os contactos mediados tal como o nome sugere referem-se aos contactos estabelecidos através de meios eletrónicos (mail, telemóveis, chats, entre outros), sendo esta forma atualmente designada de *cyberstalking*. Os contactos de interação pessoal, envolvem um contacto direto entre vítima e *stalker*, cujo objetivo consiste em estabelecer uma relação mais próxima. Pode caracterizar-se por ações como aparecer no local de trabalho ou abordagens na rua, como podem envolver contactos mais indiretos tais como abordar pessoas próximas à vítima de modo a inserir-se no seu círculo de amizades. A vigilância diz respeito à tentativa sistemática de monitorizar e obter informações acerca da vítima, ocorrendo na maioria das vezes sem que a vítima tenha conhecimento. A invasão, e como o nome indica, implica uma intrusão na privacidade da vítima assim como a violação de normas legais (e.g., roubo de objetos pessoais, violação de correspondência, invasão de propriedade). O assédio e intimidação envolvem ações agressivas verbais ou não verbais tais como espalhar rumores sobre a vítima e “manchar” a sua reputação, cujo objetivo passa por perturbar a vítima. A coerção e ameaça consistem num conjunto de comportamentos que sugerem um possível dano na vítima, podendo corresponder a ameaças a si próprio, ameaças à vida da vítima ou a outros significativos (Spitzberg & Cupach, 2007). Por último, a agressão também como o nome sugere, remete-se à violência física perpetrada com o intuito de partir ou danificar objetos pessoais, causar dano físico na vítima, forçar contactos sexuais e inclusive tentar contra a sua vida (Spitzberg & Cupach, 2007).

Alguns autores têm tentado descrever os *cyberstalkers* (McFarlane & Bocij, 2003; Sheridan e Grant 2007), esquematizando os seus perfis de acordo com tipologias.

No que respeita à caracterização do *ciberstalker*, McFarlane e Bocij (2003) apontaram a existência de quatro tipos de ciberstaker que denominaram como: o vingativo, o calmo, o íntimo e o coletivo. Segundo os autores o vingativo, diz respeito ao perpetrador que comunica de modo considerado agressivo e ameaçador, em que existe a possibilidade de este perseguir o alvo não só no mundo virtual, mas também no mundo real. O *ciberstalker* calmo, é descrito como aquele que se dedica exclusivamente ao assédio através de meios eletrónicos, sendo pouco provável que passe a atuar no mundo real. O *ciberstalker* íntimo, tal como o nome sugere, é aquele que procura estabelecer uma relação de intimidade com o seu alvo, podendo existir duas subcategorias: o ex-íntimo, que procura restabelecer uma relação, e o apaixonado, sem relação anterior conhecida, mas que mantém uma fantasia ou obsessão em iniciar uma relação com o alvo. Por último, o *ciberstalker* coletivo que diz respeito ao assédio a uma organização ou grupo, com o intuito de a desacreditar ou punir por algum mal causado ou percebido pelo perpetrador.

No entanto, os autores Sheridan e Grant (2007) propuseram a existência de uma outra tipologia, em que identificaram três tipos de *ciberstalkers*. Nesta tipologia foi também incluído um tipo de *stalker* que atua exclusivamente em contexto real. Assim sendo, estes autores identificam o *ciberstalker* puro (cyberstalking-only), que atua somente através do contacto no mundo virtual; o *ciberstalker* que se move do mundo virtual para o mundo real (cyberspace-to-realspace), ou seja, inicia o seu assédio no ciberespaço e transporta-o progressivamente para o mundo real, e por fim o *ciberstalker* que atua quer no mundo virtual quer no espaço real, ou seja aplica desde o início ambos os meios de assédio (cyberspace-and-realspace).

Em suma, o *stalker* é visto como um indivíduo que mantém uma obsessão por um alvo e as investigações realizadas têm mostrado que as mulheres constituem o

principal alvo, sendo que são os homens quem mais frequentemente exibe estes comportamentos de perseguição. Estes tendem a ser solteiros ou divorciados e é igualmente característica deste tipo de ofensores a presença de antecedentes criminais (Sheridan et al., 2003).

1.2.2. A Vítima

Fornecer um perfil da vítima, pode revelar-se útil para a avaliação da razão pela qual determinada vítima possa ter sido escolhida, bem como para perceber qual o nível de risco que o *stalker* estava disposto a correr, ou a se expor. Pathé, Mullen e Purcell (2001) sugerem que as vítimas de *stalking* não constituem um grupo homogêneo, uma vez que qualquer pessoa, independentemente do seu sexo, orientação sexual, faixa etária ou classe social poder ser vítima de *stalking*, em qualquer período da sua vida, é consensual que as mulheres são os principais alvos e os homens os principais perpetradores.

De acordo com Sheridan e Colaboradores (2003), um grande número de estudos sobre o fenómeno do *stalking* documenta uma grande assimetria de género, sendo que é estimada uma prevalência de vitimação de 12 a 16% sobre as mulheres e de 4 a 7% sobre os homens, predominando portanto o exercício de *stalking* do masculino sobre o feminino. No entanto no estudo de Alexy e colaboradores (2005), é possível verificar que os homens apresentam maior probabilidade de serem alvo de *cyberstalking* sendo que 51% dos homens relatam ter sido alvo comportamentos de *cyberstalking*. Os homens voltam a apresentar uma maior taxa de vitimação do que as mulheres, no estudo de Carvalho (2010) com 35% dos homens a serem vítimas.

Por outro lado, os jovens são também descritos como um dos grupos mais vulneráveis a esta forma de violência (Purcell, Pathé, & Mullen, 2001). Embora a primeira

atenção dada ao *stalking* se tenha focado em vítimas consideradas celebridades, esta foi expandindo para o público em geral e recentemente considerada um problema significativo entre adolescentes e jovens adultos (Phillips et al., 2004).

A vitimação nesta população pode dever-se ao facto dos jovens se encontrarem num período de maior atividade social, embora haja muitos alunos a sofrer por isolamento. Uma vida social ativa e uma necessidade de ser parte disso pode aumentar a vulnerabilidade de *stalking* por conhecidos. Contudo, é importante salientar que este grupo se encontra, também, numa fase conturbada no que diz respeito às mudanças e aos conflitos de papéis, uma vez que a adolescência corresponde a um período de grandes mudanças e transições e desempenha um papel fulcral no desenvolvimento dos jovens. É também nesta fase, que os adolescentes desenvolvem a construção de relações fora do contexto familiar, em busca de autonomia e definição da sua identidade (Caridade, 2008).

No que respeita à idade das vítimas, de um modo geral, podemos afirmar que as vítimas tendem a ser de idade aproximada ao *stalker*, no entanto Baum e colaboradores (2009) acreditam existir um aumento do risco de vitimação com a diminuição da idade. Assim, são os jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos que representam o grupo de maior risco (Hall, 1998 citado por Carvalho, 2011; Tjaden & Thoennes, 1998). Segundo o WHOA – Working to Halt Online Abuse (2011), a idade da vítima não apresentava diferenças significativas entre faixas etárias, contudo é a faixa etária entre os 18 e os 30 anos a que apresenta uma maior percentagem, com 35% das vítimas de *cyberstalking*, 33% tinham entre 31 e os 40 anos e os restantes 32% tinham 41 anos ou mais. Mais especificamente, Budd e Mattinson (2000 citado por Carvalho, 2011) concluíram que mulheres entre os 16 e os 19 anos de idade estão em maior risco de serem vítimas de *stalking* (16.8%) do que mulheres entre os 20 e os 24 anos (7.8%).

Podem ser ainda consideradas como público-alvo, pessoas com profissões que acarretam uma grande exposição e contacto com o público, tais como médicos, enfermeiros, professores, estudantes, políticos, o que as torna mais vulneráveis (Coelho & Gonçalves, 2007 citado por Carvalho, 2011). Desta forma, podemos também concluir que o contexto de trabalho pode ser propenso à vitimação por *stalking*, quer este seja perpetrado por um/a superior, colega ou até cliente/utente.

No entanto Pathé, Mullen e Purcell (2001) basearam-se na sua experiência clínica, e descreveram diferentes tipos de vítimas, visto que também elas não se reduzem a um único tipo. Assim definiram um grupo tendo em conta a sua relação com o *stalker* e o contexto de ocorrência da vitimação. Para os autores o grupo mais vulnerável a ameaças e a agressões físicas são as vítimas de *stalkers* ex-parceiros/as íntimos/as, predominantemente composto por vítimas do sexo feminino. Uma outra categoria apontada pelos mesmos e que envolve mais alarme social prende-se com o *stalking* perpetrado por desconhecidos. Embora, neste caso, as vítimas que se incluem neste grupo não partilhem o mesmo perigo de ataque físico que, por exemplo, as vítimas de um ex-parceiro íntimo. Por fim, os autores consideram a existência de um grupo de falsas vítimas de *stalking*, como consequência de embustes conscientes ou de psicopatologia séria.

1.3. Coping: Conceptualização

O interesse pelas diferentes formas de adaptação dos indivíduos a circunstâncias adversas, assim como pelos esforços para lidar com situações stressantes, tem-se constituído como objeto de estudo da psicologia através do constructo denominado por *coping*. Os estudos realizados têm demonstrado que estes esforços, bem como as tentativas de regular as emoções negativas, são importantes para reduzir os efeitos

negativos destes eventos, incluindo problemas emocionais e de comportamento (Boekaerts, 1996; Compas, Malcarne e Fondacaro, 1988, citado por Dalbosco, 2003).

Perante o mesmo problema, é possível recorrer a diferentes respostas para lidar com a situação, o que por sua vez irá levar a diferentes resoluções. Estas diferentes resoluções podem ser justificadas com o uso de respostas adequadas à situação com que nos deparamos, quer com a eficácia das mesmas, que varia consoante a pessoa e o contexto em que ocorre. Às respostas que utilizamos para enfrentar os problemas chamamos de estratégias de *coping*.

Entende-se o conceito de *coping* como um processo cognitivo utilizado pelos indivíduos de forma a lidar com situações de stress. Por outras palavras, entende-se por *coping* as estratégias cognitivas ou comportamentais às quais o indivíduo recorre de forma a lidar com situações de dano, de ameaça e/ou de desafio com que se depara e para as quais não tem respostas usuais preparadas (Vaz-Serra, Firmino, & Ramalheira, 1988).

Contudo, verificam-se diferenças entre estes tipos de situações. No caso das situações de ameaça, estas envolvem uma antecipação, i.e., centram-se no futuro para que o indivíduo seja capaz de neutralizar os efeitos negativos da situação. Relativamente às situações de dano, as estratégias são dirigidas ao presente e por último no caso do desafio, o indivíduo sente que as exigências podem ser ultrapassadas.

Desta forma, o estudo das estratégias de *coping* com vítimas de *cyberstalking* irá permitir perceber de que forma, as vítimas lidam com o problema tendo em conta o tipo de vitimação. Verifica-se ainda que a frequência de vitimização está positivamente associada com a frequência de estratégias de *coping*, o que sugere que quanto mais um indivíduo é vitimado, mais recorre maneiras de lidar com a invasão (Spitzberg et al., 1998; Spitzberg & Cupach, 2003).

Sendo que o *cyberstalking* envolve pelo menos dois atores: a vítima e o *cyberstalker*, por vezes, pode ainda afetar as pessoas mais próximas da vítima. Estas são percecionadas como significativas para o alvo e/ou consideradas até como obstáculos para que o *cyberstalker* concretize os seus objetivos.

Face à vivência de experiências de *cyberstalking* e às características das vítimas, uma vez que perante as mesmas situações, as pessoas podem reagir de forma diferente estas tendem a usar um padrão de respostas estratégicas para lidar com a conduta do *cyberstalker*, tais como, tentar dissuadir o *cyberstalker* ou evitar qualquer tipo de contato com este.

Num estudo de Alexy e colaboradores (2005), 75% da amostra revelou a um amigo próximo ter sido alvo de *cyberstalking*, enquanto 11% optou por não contar a ninguém. É comum as vítimas optarem por ignorar/evitar o *cyberstalker*, procurar ajuda e/ou negar ou tentar minimizar o problema, mudar de e-mail ou denunciar o caso às autoridades (Hensler-McGinnis 2008).

Tokunaga (2007) no seu estudo concluiu que estas vítimas tendem a ignorar e evitar o *cyberstalker*, cortar contacto com o *cyberstalker* e a procurar ajuda (Carvalho, 2010; Finn, 2004; Hensler-McGinnis, 2008).

Como anteriormente foi referido, os comportamentos do *cyberstalker* causam um impacto usualmente negativo para as vítimas. Alguns estudos procuraram perceber qual a relação que pode existir entre a vitimação e as estratégias de *coping* apresentadas pelas vítimas de *cyberstalking*.

Mechanic (2002) refere que as vítimas regulares de *cyberstalking* apresentam melhores estratégias de *coping* do que indivíduos que não são vítimas regulares e que essas estratégias de *coping* permitem reduzir o impacto da vitimação ao nível de sintomas.

A compreensão sobre as estratégias de *coping* mostra-se relevante para a compreensão do fenómeno de *cyberstalking*, uma vez que irão permitir saber como é que as vítimas reagem perante esta forma de assédio, quais as estratégias que podem adotar para enfrentar o problema e quais as estratégias que são mais eficazes na resolução do problema, bem como mais eficientes na promoção do seu bem-estar (Cupach & Spitzberg, 2014).

1.3.1. Estratégias de Coping

Quer o *stalking* quer o *cyberstalking* constituem uma forma de violência da qual podem resultar consequências graves para as suas vítimas. Estas podem manifestar-se a nível social, profissional e pessoal.

Os recursos que a vítima tem, nomeadamente as suas estratégias de *coping*, entram em linha de conta quando falamos destas consequências, pois a vítima pode recorrer a estratégias adequadas ou inadequadas, algo que é determinante para o impacto experienciado. Quando falamos de *coping* nas vítimas de *cyberstalking*, falamos das estratégias que as estas utilizam para lidar, ignorar ou responder perante comportamentos intrusivos, com a intenção de os interromper (Spitzberg & Hoobler, 2002; Tokunaga, 2007).

Cupach e Spitzberg (2014) referem que as vítimas de *cyberstalking* que empregam um maior número de estratégias de *coping* são aquelas que têm mais dificuldade em por termo à situação, o que a expõe a uma maior número de episódios de *stalking*. E ainda de acordo com os mesmos autores, se considerarmos o cenário do *stalking*, verificamos que existem diferentes categorias de estratégias de *coping* que podem ser adotadas pela vítima, desde conseguir controlar, reduzir ou atenuar os

comportamentos de assédio, recuperar a sua intimidade, afastar-se, rejeitar possíveis encontros ou até mesmo confrontar o *stalker*.

Para uma melhor compreensão da problemática é necessário perceber quais as respostas que estes comportamentos podem despoletar e estas tanto podem ser objetivas, ou seja, envolvem uma intervenção direta sobre o problema, como podem ser respostas cognitivas ou emocionais, como uma tentativa de redefinir o problema de forma a atenuar as emoções sentidas (Cupach & Spitzberg, 2014).

Ser vítima, como já vimos, gera um clima de medo que permanece (Mechanic, 2000), fazendo com que, muitas vezes, as vítimas temam pela sua vida ou até pela vida daqueles que lhes são mais próximos. Este clima de medo experienciado, leva por sua vez à adoção de estratégias que as podem colocar em situações de vulnerabilidade social, como é o caso da mudança de cidade ou deixar de ir ou mudar de trabalho, ou ainda atividades mais simples como estar com o grupo de amigos, passear, etc. (Tjaden & Thoennes, 1998). Se por um lado estas estratégias são vantajosas para a vítima, visto que lhes permite assim evitar o *stalker*, dificultando-lhe a tarefa de assédio, por outro a mudança de rotina poderá afetar a vítima e deixá-la mais vulnerável.

No entanto, enquanto algumas vítimas optam por evitar qualquer tipo de contacto outras recorrem a uma outra estratégia que passa pela confrontação do *stalker* com o intuito de o intimidar. Para tal, a vítima poderá fazê-lo diretamente ou então recorrer à ajuda de terceiros o que nos leva a uma outra categoria de estratégias de *coping*. Para lidar com o *stalking*, a vítima pode solicitar a ajuda de familiares e amigos, bem como recorrer a instituições de apoio, com o propósito de obter apoio emocional e aconselhamento para que possa ter estabilidade e segurança (Cupach & Spitzberg, 2004, 2008; Spitzberg & Cupach, 2001).

O *stalking* pode ser visto como uma forma de violência psicológica, mais do que de violência física, referindo-se a táticas de coerção e controlo que instituem medo, bem como a comportamentos de vigilância, que limitam a liberdade de movimentos de alguém. Tal como anteriormente referimos, pode provocar consequências traumáticas para as suas vítimas, tais como os distúrbios de sono, distúrbios alimentares, stress, sensação de estar a ser vigiado constantemente, pesadelos recorrentes e diminuição do sentimento de segurança. Pathé e colaboradores (2001) afirmaram que as vítimas, podem por vezes experienciar sentimentos de abandono, com tendência para o consumo de substâncias, podendo ainda apresentar perturbações de ansiedade e deterioração da saúde mental e física. Nas faixas etárias mais jovens, as consequências poderão envolver um declínio no que diz respeito ao rendimento escolar e um aumento do absentismo, assim como depressão e ideação suicida (Purcell et al., 2009 citado por Carvalho, 2011). A nível profissional verificam-se também alguns efeitos, uma vez que pode ocorrer um decréscimo na produtividade e um aumento do absentismo laboral (Coelho & Gonçalves, 2007 citado por Carvalho, 2011).

Contudo, apesar de todas as consequências parece ainda haver poucas vítimas a procurar apoio, uma vez que apenas uma reduzida parte das vítimas o fazem. Tal pode dever-se ao facto de existir variações na perceção acerca do *stalking* e do não reconhecimento deste fenómeno. Este não reconhecimento dos comportamentos a ele inerentes e da reduzida procura de apoio por parte das vítimas traz alguns efeitos, nomeadamente ao nível da prática dos profissionais e da adequação dos serviços de apoio (Grangeia & Matos, 2011; Matos et al., 2011). No entanto, o facto de o agressor ser conhecido das vítimas poderá ser um dos fatores que influencia a baixa procura de apoio, uma vez que é possível verificar uma diferença quando equiparado com *stalkers* não conhecidos. Segundo o estudo de Spitzberg e Cadiz (2002), este refere que 3 em cada 4

vítimas conhece o *stalker* e o estudo de Baum e colaboradores (2009), permitiu verificar que em 30.3% dos casos, o *stalker* mantinha uma relação conjugal com a vítima ou manteve anteriormente e em 45.1% dos casos, o *stalker* era alguém conhecido, amigo, vizinho ou colega da vítima.

Na grande maioria das situações, as ameaças e medo sentido são apenas do conhecimento da vítima e do agressor e mesmo que outras pessoas, familiares, amigos ou profissionais, tentem ajudar, não conseguem por fim à situação. Não raras vezes, também estes podem ser alvo, direto ou indireto, das ameaças do *stalker*, como forma de continuar a propagar o assédio (Spitzberg & Hoobler, 2002).

A adoção de estratégias de *coping* é algo que pode levar o *stalker* a adotar uma resposta emocional com consequências ainda mais graves para a vítima (Matos et al., 2011; Spitzberg & Cupach, 2003).

No entanto, este conjunto de sintomatologia nem sempre é experienciado por todas as vítimas de igual forma, visto que é possível identificar vítimas de *stalking* ligeiro que podem sofrer graves danos psicopatológicos, enquanto que vítimas de um *stalking* mais grave podem ser quase assintomáticas (Coelho & Gonçalves, 2007 citado por Carvalho, 2011) o que nos permite concluir que o impacto da vitimação pode variar não só em função da gravidade da vitimação, mas também em função das características pessoais e das estratégias de *coping* adotadas.

2. Estudo Empírico

2.1. Objetivos

A presente investigação dá continuidade ao estudo “*Cyberstalking: Prevalência e estratégias de coping em estudantes do ensino universitário*” de João Carrasquinho e procura abordar a realidade de um dos fenómenos vitimação mais experienciados e recentemente criminalizado em Portugal, o *stalking* (perseguição no nosso Código Penal), mas em especial o *cyberstalking*. No entanto, para a sua realização recorreremos a outra população, a de estudantes do ensino secundário.

Este é um estudo de carácter descritivo e exploratório, de natureza quantitativa e tem por base dois grandes objetivos: i) Avaliar a prevalência do *cyberstalking* entre a população de estudantes do ensino secundário; ii) Analisar quais as estratégias de *coping* utilizadas para lidar com o fenómeno.

Estudar a prevalência do fenómeno entre a população do ensino secundário irá permitir obter uma noção da taxa de vitimação que poderá resultar da exposição a comportamentos persecutórios ou a ameaças à vítima, tais como a receção de e-mails ou de mensagens ameaçadoras, ou até controlo de que possam ser alvo (Bocij, 2002; Carvalho, 2010; Hensler-McGinnis, 2008). Contudo, para efeitos do presente estudo, para que se seja considerado vítima de *cyberstalking* é necessário ter sido alvo de pelo menos um comportamento de *cyberstalking* (Cupach & Spitzberg, 2014).

Em termos específicos procurar-se-á determinar as características sociodemográficas (e.g., idade, sexo) das vítimas de *cyberstalking*, assim como perceber a distribuição do fenómeno em termos de localização geográfica no país. Qualquer uma destas três variáveis será constituída como medida de análise independente, sendo os dados tratados como uma amostra global.

No estudo de Ferreira, Martins e Abrunhosa (2011) realizado com jovens com idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos, foi possível verificar que o *cyberstalking* é o terceiro risco online mais relatado pelos adolescentes portugueses (20%), logo após os riscos comerciais (22%) e em primeiro lugar o *cyberbullying* (28%).

Num estudo realizado por Ybarra e colaboradores (2007) ($n=1500$) com jovens dos 10 a 17 anos de idade, foram considerados dois comportamentos de perpetração online. Um dos comportamentos que se pretendeu avaliar foi a frequência com que o adolescente utilizava a internet para assediar ou até mesmo, envergonhar alguém, durante o último ano e o outro era o número de vezes que o adolescente publicou comentários online desagradáveis sobre alguém. Os resultados mostraram que 29% dos adolescentes auto relataram ter perseguido alguém, pelo menos uma vez, no último ano. Ainda de acordo com este mesmo estudo, foi possível concluir que os rapazes têm maior probabilidade para serem perpetradores, comparativamente às raparigas.

Importa ainda perceber se o fenómeno, a existir, é ou não extensível a todo o país ou se existem áreas geográficas que demonstrem alguma prevalência.

Tendo em conta o impacto negativo que os comportamentos de *cyberstalking* podem ter para com as vítimas, alguns estudos procuraram perceber a relação que poderá existir entre a vitimação e as estratégias de *coping* apresentadas pelas vítimas. Assim, em termos específicos pretende-se perceber de que forma as vítimas lidam com o problema tendo em conta o tipo de vitimação.

2.2. Método

2.2.1. Participantes

O presente estudo realizou-se com estudantes portugueses que frequentassem o ensino secundário em estabelecimentos de ensino nacionais. A escolha desta população

deve-se ao facto de existir pelos jovens um uso crescente da internet, a qual cada vez mais acompanha todo o seu desenvolvimento e para os mais variados fins (Aggarwal et al., 2006). Aliás, segundo o Instituto Nacional de Estatística (2012; 2014), 96.8% os indivíduos entre 16 e os 24 anos usam internet, sendo este o grupo etário com proporções mais elevadas de utilizadores de internet.

O acesso à população estudantes portuguesas do ensino secundário requereu uma autorização prévia concedida pelo Ministério de Educação. Uma vez obtida estabeleceu-se o contacto com as direcções executivas das escolas secundárias, às quais foi solicitada permissão para a disponibilização do link relativo à investigação, que foi posteriormente acedido pelos alunos, de forma a que lhes fosse possível responder, com a máxima confidencialidade.

Qualquer estudante do ensino secundário poderia integrar o estudo, independentemente das características sociodemográficas (amostragem probabilística), compondo-se a amostra de forma aleatória. Assim, participaram neste estudo 259 jovens estudantes do ensino secundário, com idades compreendidas entre os 16 e os 21 anos, sendo a média etária de 17.08 anos (DP=1.042). A amostra é composta por jovens de ambos os sexos, designadamente por 64.1% ($n=166$) de jovens do sexo feminino e 35.9% ($n=93$) do masculino.

Quando à distribuição geográfica dos estudantes, apenas foram recolhidas respostas de participantes de alguns distritos. Desta forma, foi feita ainda uma divisão do país em regiões para se poder fazer uma análise estatística por regiões, contudo, essa divisão não segue a Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins estatísticos (NUT), uma vez que a divisão pela pelo NUTS divide alguns distritos em regiões distintas. Face a isto, os distritos foram divididos em quatro regiões. A região Norte (76,1%, $n=197$) engloba 4 distritos, os quais Aveiro, Braga, Porto e Viana do Castelo. A região Centro

(7.3%, $n=19$) engloba 2 distritos, sendo eles Coimbra e Viseu. Na região Sul (9.3%, $n=24$) contamos igualmente com 2 distritos, sendo eles, Faro e Setúbal. Por fim, na região das Ilhas (7.3%, $n=19$) contamos com os arquipélagos dos Açores e Madeira.

No que concerne ao ano de escolaridade, 21.2% ($n=55$) dos alunos frequentava o 10º ano, 39.4% ($n=102$) andava no 11º ano e 39.4% ($n=102$) no 12º ano.

Por fim, há a referir que todos os estudantes são solteiros, sendo que destes, à data do questionário, 37.1% ($n=96$) mantêm uma relação amorosa, 3.1% ($n=8$) mantêm relações amorosas ocasionais e 59.8% ($n=155$) não mantêm atualmente uma relação desse tipo.

Tabela 1

Características sociodemográficas da amostra ($n= 259$).

Variável		<i>n</i>	%
Sexo	Masculino	93	35.9
	Feminino	166	64.1
Grupos etários	16 anos	89	34.4
	17 anos	89	34.4
	18 anos	59	22.8
	19 anos	17	6.6
	20 anos	2	0.8
	21 anos	3	1.2
Distrito	Açores	4	1.5
	Aveiro	163	62.9
	Braga	10	3.9
	Coimbra	1	0.4
	Faro	24	9.3
	Madeira	15	5.8
	Porto	23	8.9
	Setúbal	1	0.4
	Viana do Castelo	1	0.4
	Viseu	17	6.6
Região	Norte	197	76.1
	Centro	19	7.3
	Sul	24	9.3
	Ilhas	19	7.3
Escolaridade	10º ano	55	21.2
	11º ano	102	39.4
	12º ano	102	39.4
Situação amorosa	Mantém atualmente relação	96	37.1
	Mantém relações ocasionais	8	3.1
	Não mantém uma relação	155	59.8

2.2.2. Instrumentos

Prévio à participação no estudo foi solicitado o consentimento informado, sendo que apenas após aceitação do mesmo, era permitido ao estudante aceder aos instrumentos que o integram o estudo, submetendo-os no final.

Para a recolha de dados sociodemográficos foi criado um questionário, que foi administrado juntamente com os restantes instrumentos. Neste questionário foram recolhidas informações sobre os participantes, referentes a dados sociodemográficos e outros, tais como sexo, idade, distrito onde reside, em que ano curricular se encontra de momento e a sua situação amorosa.

Para a obtenção dos restantes dados para o estudo foi usado o método de testagem/medição, dado que fizemos uso de escalas de avaliação específicas (Coutinho, 2003), uma para avaliar o *cyberstalking* e outra o *coping*.

Assim, de forma a avaliar a prevalência do *cyberstalking* em estudantes do ensino secundário foi aplicada a Escala de Avaliação do *cyberstalking*. Este é um instrumento traduzido e adaptado para a população portuguesa por Carvalho e Matos (2010, citado por Carvalho, 2010) a partir do Cyber Obsessional Pursuit, de Spitzberg e Cupach (1999, citado por Carvalho, 2010), sendo composto, originalmente por 24 itens e, na versão traduzida, por 27 itens. Os itens avaliam a ocorrência de experiências de *cyberstalking*, sobre os quais o avaliado poderá relatar a frequência da experiência através de uma escala *likert* (escala de resposta psicométrica usada habitualmente em questionários) de cinco pontos. O instrumento subdivide-se em quatro fatores, o fator um a “transferência para a vida real” (itens 6, 19, 20, 21, 22, 23, 25 e 26), fator dois “hiperintimidade” (itens 1, 2, 3, 4 e 5), fator três “ameaça” (itens 7, 8, 9, 12, 15, 16 e 17) e fator quatro “sabotagem” (itens 13 e 14). Para efeitos de investigação, Spitzberg e Hoobler (2002) consideram que o

indivíduo avaliado terá sido vítima *cyberstalking* se este tiver confirmado ter experienciado, pelo menos, um dos comportamentos de *cyberstalking*. A escala não possui pontos de corte mas é possível utilizar uma pontuação global através do somatório direto de todos os itens para calcular a frequência de vitimação, pelo que um valor mais elevado corresponde a uma maior frequência de exposição (Carvalho, 2010). Carvalho (2010) obteve um alfa de Cronbach geral de .916. Sobre cada uma das subescalas, a transferência para a vida real apresentou um valor de .933, a subescala de hiperintimidade um valor de .887, a de ameaça um valor de .857 e a de sabotagem um valor de .782.

No presente estudo, a Escala de Avaliação de *Cyberstalking* apresentou um alfa de Cronbach de .91. Para as suas subescalas, a transferência para a vida real apresentou um valor de .80, a subescala de hiperintimidade um valor de .85, a subescala de ameaça um valor de .77 e a subescala de sabotagem um valor de .92.

Para determinar as estratégias de *coping* utilizadas pelas vítimas de *cyberstalking* foi aplicado a Escala de *Coping no Stalking* [*Stalking Coping Measure* de Spitzberg] (2011, citado por Cupach & Spitzberg, 2014), na sequência dos restantes questionários e somente no caso de o participante relatar ser vítima de *cyberstalking*. A Escala de *Coping no Stalking* foi traduzida e adaptada para a população portuguesa por Carrasquinho, Sani e Soeiro em 2104 e tem o intuito de avaliar as estratégias usadas pelo indivíduo para lidar com a ameaça resultante do *cyberstalking*.

O Escala de *Coping* é uma escala de autoavaliação que apresenta 40 estratégias de resolução de problemas específicas para o *cyberstalking*, agrupadas em cinco fatores: o primeiro “negação e minimização de comportamentos”(itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8), o segundo “procura de apoio junto de terceiros”(itens 9, 10, 11, 12 e 13), o terceiro “confronto”(itens 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21), o quarto “evitar contactos”(itens 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 33) e o quinto “negociar com o stalker“(itens 34,

35, 36, 37, 38, 39 e 40). Cada estratégia é pontuada numa escala que mede a frequência do evento, com sete intervalos, o primeiro “nunca aconteceu”, o segundo “uma vez”, o terceiro “duas ou três vezes”, o quarto “quatro ou cinco vezes”, o quinto “seis a dez vezes”, o sexto “onze a vinte cinco vezes” e o último “mais de vinte e cinco vezes”. A pontuação é calculada pela soma dos itens de cada subescala, como forma de apurar a frequência com que a vítima recorreu a cada tipo de estratégia de *coping* (Cupach & Spitzberg, 2014). No que concerne às capacidades psicométricas deste instrumento na presente investigação, nomeadamente no que respeita à sua consistência interna, esta apresentou um alfa de Cronbach geral de .93. Para as suas subescalas, a negação e minimização de comportamentos obteve um valor de .80, a procura de apoio junto de terceiros um valor de .72, o confronto um valor de .79, o evitar contactos um valor de .90 e o negociar com o *stalker* um valor de .84.

2.2.3. Procedimentos

Uma vez obtidas todas as autorizações (e.g., Ministério da educação; Conselho de ética da UFP) para a realização do presente estudo, os instrumentos foram disponibilizados via Internet através do Google Docs, uma das ferramentas do Google que permite a realização de questionários e recolha de dados, assegurando o anonimato dos participantes.

Previamente ao preenchimento dos instrumentos foi apresentado um consentimento informado, no qual eram explicados os objetivos da investigação bem como as condições de participação e somente após a aceitação do participante seria possível prosseguir para os questionários.

Os questionários foram apresentados pela seguinte ordem: Questionário sociodemográfico, Escala de Avaliação de *cyberstalking* e Escala de *Coping no Stalking*.

Este último questionário só foi apresentado na condição de responder “Sim” à pergunta “Alguma vez foi alvo de comportamentos de assédio persistente com recurso a meios eletrónicos?”, pergunta essa colocada após o preenchimento da Escala de Avaliação de *cyberstalking*. Todos os questionários foram de autorrelato e o seu preenchimento demorava aproximadamente 10 minutos.

Os dados foram reunidos numa grelha de excel e transpostos para o programa informático *Statistical Package for Social Sciences – version 23* (SPSS 23), sendo realizadas análises quantitativas determinadas com o objetivo de fundamentar as respostas às questões de estudo e problema de investigação.

2.3. Resultados

Segue-se a apresentação dos resultados obtidos através da análise estatística dos dados recolhidos juntos dos estudantes do ensino secundário e que nos permitem obter resposta às questões de estudo e problema de investigação. Este capítulo divide-se em duas partes: uma primeira de carácter descritivo, onde iremos ter em conta a frequência de cada item da Escala de Avaliação de *Cyberstalking*, bem como os resultados obtidos para cada subescala, como forma de determinar quais os comportamentos de vitimação mais comuns. Para a prevalência de *cyberstalking* foram consideradas as pontuações totais obtidas na Escala de Avaliação de *Cyberstalking*, enquanto que para determinar o tipo de estratégias de *coping* que as vítimas utilizam foram analisadas a frequência de cada item da Escala de *Coping no Stalking*, bem como as suas subescalas.

Por fim, será apresentada uma análise estatística inferencial, que nos permite, através dos testes de diferenças paramétricos, apurar quais as características sociodemográficas das vítimas de *cyberstalking* e as estratégias de *coping* por si utilizadas.

2.3.1. Análise descritiva de frequências por item.

De forma a ter a perceção da frequência dos comportamentos de *cyberstalking*, começamos por analisar às respostas obtidas na Escala de Avaliação de *Cyberstalking*,

Assim, ao analisar a tabela 2, uma das conclusões que podemos retirar é a ideia de que não se verifica nenhum comportamento de *cyberstalking* que afete a maioria da amostra. No entanto, existem alguns comportamentos que foram experienciados por quase metade da amostra. Perante os dados, verifica-se que o comportamento de *cyberstalking* de maior prevalência é o item “Enviar objetos de afeto”, comportamento experienciado por 47.1% da amostra, dos quais 16.6% experienciou mais de cinco vezes este tipo de comportamento. Outro dos comportamentos, mais apontado pelos estudantes do ensino secundário foi “Enviar mensagens exageradas de afeto” com 39.7% da amostra a ser alvo deste comportamento, dos quais 13.1% mais do que cinco vezes. O item “Enviar mensagens excessivamente carentes ou exigentes” surge como o terceiro comportamento que mais vítimas experienciam, em 39.4% dos casos, nos quais 11.2% por mais do que cinco vezes. Tendo em conta os três comportamentos com maior prevalência é possível concluir que a maioria dos eventos de *cyberstalking* pressupõem um assédio indesejado por parte da vítima e uma interação de carácter excessivo e contínuo e recorrente por parte do *cyberstalker*, tal como no caso do item “Enviar objetos de afeto” com 12.7% a ser alvo uma vez, 17.8% por duas ou três vezes e 16.6% por mais de cinco vezes.

Ainda tendo em conta os comportamentos de *cyberstalking* com maior frequência, surgem aqueles que poderão ter por base motivacional a tentativa de obter uma relação íntima, com recurso a várias alternativas para atingir o fim, como é o caso do “envio de mensagens excessivamente reveladoras” (30.5%), o “constantemente monitorizar, marcar ou enviar presentes para a sua rede social” (25.5%), o “sabotar a sua

relação” (24.7%), o “fingir ser alguém que não é” (21.2%) e por último “enviar mensagens ou imagens pornográficas/obscenas” (20.1%). Fingir ser uma pessoa que não se é na realidade, pode ser facilitado aquando o recurso ao mundo virtual ou às novas tecnologias, onde o anonimato ou a identidade real da pessoa são facilmente ocultados. Tal pode ser justificado com a intenção de o *ciberstalker* manter contacto com a vítima, com o intuito de conseguir obter informações sobre esta para mais tarde usar a seu favor.

No caso da categoria, sabotar a relação íntima, as ações praticadas pelo *ciberstalker* poderão levar a vítima a terminar o seu atual relacionamento, de forma a aumentar a disponibilidade para uma relação íntima futura.

Tabela 2

Tabela de resposta da Escala de Avaliação de Ciberstalking, por item e categoria, em frequência (n=259)

Subescalas	Itens	Frequência									
		Nunca	%	Uma vez	%	2 a 3 vezes	%	4 a 5 vezes	%	Mais de 5 vezes	%
		<i>n</i>		<i>n</i>		<i>n</i>		<i>n</i>		<i>n</i>	
Transferência para a vida real	Assediar o seu avatar num grupo cibernético	233	90.0	9	3.5	12	4.6	0	0.0	5	1.9
	Modificar a sua identidade eletrónica	245	94.6	9	3.5	4	1.5	0	0.0	1	0.4
	Apoderar-se da sua identidade eletrónica	237	91.5	17	6.6	4	1.5	0	0.0	1	0.4
	Dirigir outros para si de formas ameaçadoras	245	94.6	10	3.9	3	1.2	0	0.0	1	0.4
	Conhecê-lo(a) primeiro online e depois segui-lo(a)	245	94.6	6	2.3	4	1.5	0	0.0	4	1.5
	Conhecê-lo(a) primeiro online e depois intrometer-se na sua vida	242	93.4	11	4.2	5	1.9	0	0.0	1	0.4
	Conhecê-lo(a) primeiro online e depois feri-lo(a)	254	98.1	2	0.8	3	1.2	0	0.0	0	0.0
	Conhecê-lo(a) primeiro online e depois persegui-lo(a)	251	96.9	5	1.9	1	0.4	0	0.0	2	0.8
Hiperintimidade	Enviar objetos de afeto	137	52.9	33	12.7	46	17.8	0	0.0	43	16.6
	Enviar mensagens exageradas de afeto	156	60.2	28	10.8	41	15.8	0	0.0	34	13.1
	Enviar mensagens excessivamente reveladoras	180	69.5	31	12.0	27	10.4	0	0.0	21	8.1
	Enviar mensagens excessivamente "carentes" ou exigentes	157	60.6	32	12.4	41	15.8	0	0.0	29	11.2

	Constantemente a monitorizar, marcar ou enviar presentes para a sua rede social	193	74.5	22	8.5	23	8.9	0	0.0	21	8.1
Ameaça	Enviar mensagens ou imagens pornográficas/obscenas	207	79.9	23	8.9	19	7.3	0	0.0	10	3.9
	Enviar mensagens escritas ameaçadoras	218	84.2	25	9.7	8	3.1	0	0.0	8	3.1
	Enviar mensagens de assédio sexual	216	83.4	22	8.5	11	4.2	0	0.0	10	3.9
	Fingir ser alguém que não é	204	78.8	36	13.9	13	5.0	0	0.0	6	2.3
	Tentar desativar o seu computador	233	90.0	15	5.8	7	2.7	0	0.0	4	1.5
	Obter informação privada sem permissão	225	86.9	18	6.9	11	4.2	0	0.0	5	1.9
	Usar o seu computador para obter informações sobre os outros	243	93.8	10	3.9	3	1.2	0	0.0	3	1.2
Sabotagem	Sabotar a sua relação	195	75.3	36	13.9	19	7.3	0	0.0	9	3.5
	Sabotar a sua relação no trabalho/escola	213	82.2	26	10.0	11	4.2	0	0.0	9	3.5
	Enviar fotografias ou imagens ameaçadoras	248	95.8	5	1.9	5	1.9	0	0.0	1	0.4
	Expor informação privada sobre si aos outros	224	86.5	27	10.4	7	2.7	0	0.0	1	0.4
	Colocar escutas no seu carro, casa, escritório	255	98.5	3	1.2	1	0.4	0	0.0	0	0.0
	Conhecê-lo(a) primeiro online e depois ameaça-lo(a)	253	97.7	3	1.2	1	0.4	0	0.0	2	0.8

De acordo com os dados da Tabela 2, é ainda possível verificar que os comportamentos com menos frequência pressupõem formas mais elaboradas de assédio, como o “colocar escutas no seu carro, casa, escritório” (1.6%) e “enviar fotografias ou imagens ameaçadoras” (4.2%), mas também se verifica a passagem dos contactos do mundo virtual para a vida real como é caso do “conhecê-lo(a) primeiro online e depois feri-lo(a)” (2.0%), “conhecê-lo(a) primeiro online e depois ameaça-lo(a)” (2.4%), “conhecê-lo(a) primeiro online e depois persegui-lo(a)” (3.1%), e “conhecê-lo(a) primeiro online e depois segui-lo(a)” (5.3%).

Os comportamentos de *cyberstalking* também são agrupados em quatro grupos de comportamentos de *cyberstalking*.

Tabela 3

Média ponderada da frequência das subescalas da Escala de Avaliação de Cyberstalking.

	Média ponderada das subescalas do EAC			
	EAC - Transferência para a vida real	EAC - Hiperintimidade	EAC - Ameaça	EAC - Sabotagem
Média	.0970	.8448	.3069	.3745
Desvio Padrão	.2944	1.0412	.5706	.8415

Através da análise da Tabela 3, é possível verificar que existe, nos vários tipos de comportamentos, uma baixa incidência, uma vez que os valores obtidos são baixos. Contudo, a maioria dos comportamentos de *cyberstalking* que os estudantes do ensino secundário são alvo correspondem aos comportamentos de hiperintimidade com uma média ponderada de 0.84. Quando falamos de comportamentos de hiperintimidade, falamos de comportamentos que pressupõem um nível de intimidade superior àquele que existe na relação entre o *cyberstalker* e a vítima. Assim, a média mais elevada nestes

comportamentos reforça a posição do *cyberstalking* como uma forma de violência que pressupõe um assédio indesejado e consequente motivação para estabelecer uma relação de intimidade indesejada

Seguem-se os comportamentos de sabotagem como o segundo tipo de comportamentos de *cyberstalking* que os estudantes mais experienciam, ao registrar uma média ponderada de 0.37, e posteriormente as categorias de ameaça e transferência para a vida real com médias ponderadas de 0.31 e 0.1, respetivamente. Estes são comportamentos que têm usualmente como base motivacional a procura de retaliação que poderá ter sido causada pela rejeição por exemplo.

2.3.2. Prevalência de *cyberstalking* nos estudantes do ensino secundário

Questão de estudo 1: Qual a prevalência do *cyberstalking* na população do ensino secundário?

De forma de responder à questão de estudo supra indicada, foi colocado no questionário, após o preenchimento do questionário sociodemográfico e da Escala de Avaliação de *Cyberstalking*, uma questão com o intuito de questionar os estudantes se “alguma vez foi alvo de comportamentos de assédio persistente com recurso a meios eletrónicos?”. Esta pergunta permite-nos ter uma noção da prevalência do *cyberstalking*, levando os estudantes a fazerem o reconhecimento de que são, realmente, vítimas de *cyberstalking*.

Contudo, segundo Spitzberg e Hoobler (2002), são considerados como vítimas os indivíduos que assinalem ter sido alvo de pelo menos um comportamento de *cyberstalking*. Face a esta definição, foi apurada a prevalência real de *cyberstalking*, através do somatório de todos os itens da escala, sendo que quantos mais pontos o indivíduo pontuar, mais severa é a vitimação. É de salientar que a escala permite obter

um máximo de 104 pontos, sendo o indivíduo considerado vítima para efeitos de estudo se obtiver 1 ou mais pontos. Perante estes dados vamos analisar a Tabela 4.

Tabela 4

Tabela de prevalência autorrelatada vs prevalência real de cyberstalking.

		Alguma vez foi alvo de comportamentos de assédio persistente com recurso a meios eletrónicos?		Total
		Sim	Não	
Prevalência real	Frequência	1	82	83
	%	0.4	31.7	32.0
Total	Frequência	66	193	259
	%	25.5	74.5	100.0

Tendo em conta os resultados obtidos, quando questionados se foram alvo de comportamentos de assédio indesejado através de meios eletrónicos, apenas 25.5% dos estudantes do secundário reconheceram ser vítimas de *cyberstalking*, algo que fixa essa percentagem como a taxa de prevalência autorrelatada pelos estudantes. No entanto, ao analisar a taxa de prevalência real, ou seja, os indivíduos que foram alvo de, pelo menos, um comportamento de *cyberstalking*, a prevalência aumenta para os 68.0%, visto que a percentagem de indivíduos que pontuou zero na Escala de Avaliação de *Cyberstalking* foi de 32.0%.

Perante os resultados, podemos concluir que entre ambas as prevalências é notória uma diferença, que poderá ser justificada com a dificuldade da vítima em reconhecer que é de facto vítima de *cyberstalking* bem como à dificuldade em identificar os comportamentos de *cyberstalking* e consequentemente, o desconhecimento de atuação perante tais comportamentos.

2.3.3. Estatística inferencial

Questão de estudo 2: Quais as características sociodemográficas da vítima de *cyberstalking*?

De forma a responder à questão de estudo apresentamos as correlações entre a variável sociodemográfica sexo e a subescala ameaça, como forma a perceber não só quais as características da vítima de *cyberstalking*, como também a sua relação com o tipo de comportamentos de assédio.

Tabela 5

Diferenças significativas entre a subescala de Ameaça em função do sexo: Resultado do Teste-T.

	Sexo	n	Média	Desvio Padrão	t	p
EAC - Ameaça	Masculino	93	2.13	4.456	-.885*	.003
	Feminino	166	1.66	4.268		

*p<.01

Sobre a variável sexo em comparação com as subescalas do EAC, ao examinar a Tabela 5, podemos concluir que existem diferenças entre os sexos no que diz respeito aos comportamentos de ameaça ($t = -.885$; $p = .003$). O sexo feminino, em média, é alvo de menos comportamentos de ameaça ($M = 2.13$, $DP = 4.46$) do que o sexo masculino ($M = 1.66$, $DP = 4.27$).

Importa referir que tinha sido previsto analisar todas as variáveis sociodemográficas e as subescalas de ambos os instrumentos, como forma a perceber não só quais as características da vítima de *cyberstalking*, como também a sua relação com o tipo de comportamentos de assédio e embora tenham sido realizadas as restantes análises para as variáveis idade e regiões não foram encontradas diferenças significativas para as mesmas (cf. Anexos 1, 2, 3 e 4)

2.3.4. Estratégias de *coping* das vítimas de *cyberstalking*

Questão de estudo 3: Quais as estratégias de *coping* utilizadas pelas vítimas de *cyberstalking*?

A resposta ao problema de investigação encontra-se junto das respostas obtidas com a Escala de *Coping* no *Stalking*. Esta escala foi apenas preenchida por todos os estudantes que se identificaram como vítimas de *cyberstalking* ($n= 66$).

Através da análise da tabela 6 é possível identificar quais as estratégias de *coping* mais e menos utilizadas para enfrentar a situação adversa com que se depararam.

A estratégia de *coping* mais utilizada foi usada por 77.2% das vítimas que optaram por “minimizar o problema na sua própria mente”, dos quais 22.7% utilizou uma vez, 22.7% utilizou duas a três vezes, e 6.1% por mais de 25 vezes. A estratégia “ignorar o problema” surge em segundo lugar e foi usada por 71.2% das vítimas, das quais 21.2% usou uma vez, 24.2% usou duas a três vezes e 9.1% por mais de 25 vezes. Estas são estratégias comuns nas vítimas, uma vez que estas tendem a minimizar e ignorar o problema, por dificuldade em se reconhecerem como vítimas.

Outras estratégias de *coping* mais utilizadas pelas vítimas passam por distanciar-se (59.1%), ignorar os comportamentos da pessoa (51.5%), agir com cautela (43.9%), procurar um significado no geral (40.9%). Por outro lado, as estratégias menos utilizadas pelas vítimas foram iniciar um processo na justiça (7.6%), manter um processo na justiça (7.6%), procurar a aplicação da justiça/lei (9.1%), procurar ajuda independente/privada (10.6%).

Tabela 6*Tabela de resposta da Escala de Coping no Stalking, por item e categoria, em frequência (n=66)*

Subescalas	Itens	Frequência													
		Nunca	%	Uma vez	%	2 a 3 vezes	%	4 a 5 vezes	%	6 a 10 vezes	%	11 a 25 vezes	%	Mais de 25 vezes	%
		<i>n</i>		<i>n</i>		<i>n</i>		<i>n</i>		<i>n</i>		<i>n</i>		<i>n</i>	
Negação e minimização de comportamentos	Ignorar o problema	19	28.8	14	21.2	16	24.2	4	6.1	4	6.1	3	4.5	6	9.1
	Minimizar o problema na sua própria mente	19	28.8	15	22.7	15	22.7	7	10.6	5	7.6	1	1.5	4	6.1
	Negar o problema	42	63.6	10	15.2	7	10.6	5	7.6	0	0.0	0	0.0	2	3.0
	Culpar-se a si mesmo	43	65.2	9	13.6	7	10.6	2	3.0	1	1.5	1	1.5	3	4.5
	Procurar terapias	54	81.8	6	9.1	1	1.5	4	6.1	1	1.5	0	0.0	0	0.0
	Procurar um significado no geral	37	56.1	14	21.2	12	18.2	0	0.0	1	1.5	0	0.0	2	3.0
	Procurar um significado num contexto	46	69.7	7	10.6	7	10.6	3	4.5	1	1.5	1	1.5	1	1.5
Procura de apoio junto de terceiros	Seguir uma escapatória autodestrutiva	56	84.8	4	6.1	5	7.6	1	1.5	0	0.0	0	0.0	0	0.0
	Procurar a compaixão dos outros	44	66.7	12	18.2	4	6.1	5	7.6	0	0.0	1	1.5	0	0.0
	Procurar suporte social	44	66.7	12	18.2	6	9.1	3	4.5	1	1.5	0	0.0	0	0.0
	Procurar o envolvimento direto de outros	47	71.2	13	19.7	3	4.5	2	3.0	0	0.0	0	0.0	1	1.5
	Procurar a aplicação da justiça/lei	60	90.9	4	6.1	0	0.0	2	3.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0
Confronto	Procurar ajuda independente/privada	59	89.4	3	4.5	2	3.0	2	3.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0
	Tentar deter comportamentos futuros	52	78.8	6	9.1	5	7.6	1	1.5	0	0.0	1	1.5	1	1.5
	Responder ao usar retaliações eletrónicas	58	87.9	6	9.1	1	1.5	1	1.5	0	0.0	0	0.0	0	0.0
	Usar respostas protetivas perante o comportamento atual	56	84.8	7	10.6	2	3.0	1	1.5	0	0.0	0	0.0	0	0.0
	Usar respostas protetivas eletrónicas	47	71.2	9	13.6	6	9.1	1	1.5	2	3.0	1	1.5	0	0.0

	Pronunciar avisos/ameaças verbais	54	81.8	7	10.6	4	6.1	0	0.0	0	0.0	1	1.5	0	0.0
	Usar violência física	58	87.9	5	7.6	2	3.0	1	1.5	0	0.0	0	0.0	0	0.0
	Iniciar um processo na justiça	61	92.4	4	6.1	0	0.0	1	1.5	0	0.0	0	0.0	0	0.0
	Manter um processo na justiça	61	92.4	3	4.5	2	3.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0
Evitar contactos	Agir com cautela	39	59.1	12	18.2	7	10.6	4	6.1	0	0.0	0	0.0	4	6.1
	Ignorar os comportamentos da pessoa	32	48.5	11	16.7	11	16.7	5	7.6	2	3.0	0	0.0	5	7.6
	Controlar a interação	45	68.2	7	10.6	9	13.6	2	3.0	1	1.5	0	0.0	2	3.0
	Distanciar-se	27	40.9	15	22.7	13	19.7	3	4.5	4	6.1	0	0.0	4	6.1
	Despersonalizar	45	68.2	6	9.1	6	9.1	6	9.1	1	1.5	0	0.0	2	3.0
	Desviar a atenção do perseguidor	47	71.2	11	16.7	4	6.1	3	4.5	0	0.0	0	0.0	1	1.5
	Usar táticas verbais de "escapatória"	43	65.2	7	10.6	10	15.2	2	3.0	3	4.5	0	0.0	1	1.5
	Restringir a sua acessibilidade	46	69.7	7	10.6	8	12.1	2	3.0	1	1.5	0	0.0	2	3.0
	Bloquear a sua acessibilidade física	52	78.8	5	7.6	5	7.6	2	3.0	0	0.0	0	0.0	2	3.0
	Bloquear a sua acessibilidade eletrónica	40	60.6	10	15.2	8	12.1	2	3.0	1	1.5	1	1.5	4	6.1
	Mudar de local	57	86.4	4	6.1	3	4.5	2	3.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0
	Tentar terminar a relação	44	66.7	11	16.7	7	10.6	3	4.5	0	0.0	0	0.0	1	1.5
Negociar com o stalker	Diminuir a seriedade da situação	48	72.7	12	18.2	3	4.5	3	4.5	0	0.0	0	0.0	0	0.0
	Tentar enganar	53	80.3	10	15.2	0	0.0	3	4.5	0	0.0	0	0.0	0	0.0
	Usar negociação para resolver problemas	55	83.3	6	9.1	2	3.0	1	1.5	1	1.5	0	0.0	1	1.5
	Negociar a definição da relação	55	83.3	4	6.1	5	7.6	2	3.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0
	Negociar	56	84.8	5	7.6	3	4.5	2	3.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0
	Aceitar promessas	56	84.8	6	9.1	3	4.5	1	1.5	0	0.0	0	0.0	0	0.0
	Usar agressões verbais e não-verbais	56	84.8	4	6.1	3	4.5	3	4.5	0	0.0	0	0.0	0	0.0

As estratégias apresentadas como as mais comuns são estratégias que, na sua maior frequência, envolvem sobretudo estratégias de *coping* de negar e minimizar os comportamentos e de evitar contactos, sendo as primeiras estratégias que são inadequadas e as de evitamento as adequadas, o que significa que as vítimas utilizam tanto estratégias inadequadas como estratégias adequadas. Contudo, é nas estratégias menos utilizadas que encontramos outro grupo de estratégias de *coping* assertivas, como a procura de apoio junto de terceiros, estratégias que também são recomendadas pelas vítimas, tais como a procura da aplicação da lei/justiça e a procura de ajuda independente/privada, estratégias que devem passar por um maior foco de intervenção junto das vítimas, para que recorram a estratégias cada vez mais assertivas. Contudo, vamos verificar a média de respostas dadas para cada subescala da Escala de *Coping no Stalking*, presente na tabela 7.

Tabela 7

Média ponderada da frequência das subescalas da Escala de Coping no Stalking.

Média ponderada das subescalas da ECS					
	Negar/ Minimizar comportamentos	Procurar apoio junto de terceiros	Confronto	Evitar contactos	Negociar com o stalker
Média	.9223	.3970	.2614	.7841	.3030
Desvio Padrão	.8952	.5928	.4665	.9367	.5418

Ao examinar a tabela 7 é possível ver que as estratégias de *coping* mais recorrentes são as que envolvem a negação e minimização dos comportamentos do *stalker*, com as vítimas a registar uma média ponderada de .92, sendo que a estratégia utilizada a seguir é a que envolve evitar contactos com o *stalker*, com média ponderada de .78.

Como estratégias menos utilizadas surge a procura de apoio junto de terceiros com média ponderada de .40, negociar com o stalker .30 e por último confrontar o *stalker* com média ponderada de .26.

Estes resultados apontam para uma tendência de uso de estratégias adequadas e inadequadas, como é o caso das estratégias de evitar contactos, que são adequadas, e o negar e minimizar os comportamentos, como inadequada.

Revela-se ainda pertinente avaliar a correlação que as subescalas de ambos os instrumentos usados na presente investigação apresentam, com o propósito de avaliar a relação entre o *cyberstalking* e o *coping*.

Tabela 8

Correlação entre as subescalas da Escala de Avaliação de Cyberstalking e as subescalas da Escala de Coping no Stalking.

	ECS - Negar/mini- mizar os comportame- ntos	ECS - Confronto	ECS - Procura de apoio junto de terceiros	ECS - Evitar contactos	ECS - Negociação
EAC - Transferência para a vida real	,219	,483**	,379**	,360**	,380**
EAC - Hiperintimidade	,297*	,240	,171	,321**	,262*
EAC - Ameaça	,158	,357**	,201	,347**	,192
EAC - Sabotagem	,420**	,388**	,325**	,368**	,461**

**p<.01* p<.05

Analisando a Tabela 8, é possível concluir que a maioria das subescalas de ambos os instrumentos se correlacionam positivamente entre si, apresentando vários valores estatisticamente significativos.

2.4. Discussão dos Resultados

A evolução tecnológica que a sociedade tem vivido trouxe consigo a modificação dos hábitos nas pessoas, tanto a nível laboral como a nível social. A evolução tecnológica permitiu, por um lado, o aproximar da sociedade e do mundo mas, por outro, estabeleceu-se como um contexto de ocorrência de crime.

O *cyberstalking* na adolescência é ainda, um fenómeno recente, complexo e inovador. Os resultados conseguidos junto da população do ensino secundário são bastante pertinentes e permitem-nos avaliar as características específicas do *cyberstalking*, os tipos de comportamentos praticados e suas frequências, bem como o tipo de respostas que a vítima utiliza para enfrentar esta situação.

Tal como foi possível verificar, relativamente aos tipos de comportamentos, aquele com maior incidência insere-se nos comportamentos de hiperintimidade, sendo os comportamentos mais frequentes o “envio de objetos de afeto” (47.1%), e o “envio de mensagens exageradas de afeto” (39.7%). De acordo com Spitzberg e Cupach, (2003, 2007), os comportamentos de hiperintimidade dizem respeito a atos de cortejamento como as demonstrações de afeto e a oferta de presentes, que pelo seu carácter obsessivo são percebidos como impróprios pelas vítimas e que pressupõem um maior nível de intimidade do que aquele que existe na realidade. No entanto, os mesmos autores defendem a ocorrência de *stalking* em contexto de relações de íntimas, visto que pressupõe um excesso de intimidade. Assim sendo, os resultados vão de encontro com a ideia de que o *cyberstalking* é uma forma de violência das relações de intimidade.

Relativamente aos restantes comportamentos com maior incidência, destaca-se a categoria sabotagem. Curiosamente os comportamentos que são englobados nesta categoria são os que geram um impacto menor na vítima, contrastando com os

comportamentos da categoria transferência para a vida real, que causam um maior impacto (Spitzberg & Hoobler, 2002), mas que tendo em conta os resultados obtidos, são o tipo de comportamentos em que verificou uma menor taxa de frequência.

Tendo em conta a análise dos dados obtidos, estes permitem-nos concluir que o *ciberstalker* tem como motivação principal a obtenção de uma relação de intimidade com a vítima. Esta conclusão vai também de encontro com a definição de *ciberstalker* íntimo de McFarlane e Bocij (2003), que tal como o nome sugere, é aquele que procura estabelecer uma relação de intimidade com o seu alvo, podendo existir duas subcategorias: o ex-íntimo, que procura restabelecer uma relação, e o apaixonado, sem relação anterior conhecida, mas que mantém uma fantasia ou obsessão em iniciar uma relação com o alvo. No entanto nem sempre o *ciberstalker* reúne ferramentas que lhe permitam lidar com a rejeição e, nestes casos, pode optar por adotar novos comportamentos/estratégias, surgindo assim sentimentos como retaliação e vingança, presentes nas restantes categorias das mais variadas formas. Um exemplo da categoria sabotagem é a tentativa de “sabotar a sua relação” (24.7%), ou “sabotar a sua relação na escola/trabalho” (17.7%), com o intuito de aumentar a disponibilidade da vítima para uma relação futura ou tentar descredibilizar o seu trabalho ou a sua pessoa. Na categoria ameaça, destaque para “fingir ser alguém que não é” (21.2%) que vai de encontro aos autores Tavani e Grodzinsky (2002), como uma forma também muito utilizada pelo *ciberstalker* e que consiste em manter a sua identidade anónima, fazendo-se passar por outra pessoa, de forma a ganhar inicialmente confiança com a vítima para posteriormente poder executar as condutas. Por último destaque para vários comportamentos da categoria transferência para a vida real que vai de encontro com os estudos comparativos que alguns investigadores têm indo a desenvolver entre o *stalking* e o *ciberstalking* (Alexy, Burgess, Baker, & Smoyak, 2005; Sheridan & Grant, 2007) e, na realidade, esses atestam uma

grande probabilidade da ocorrência simultânea de *stalking* e de *cyberstalking* num único caso de assédio e perseguição.

A comparação dos resultados obtidos entre a taxa de prevalência autorrelatada e a taxa de prevalência real (25.5% e 68.0%, respetivamente) permitiu concluir que existe uma enorme dificuldade de reconhecimento de que está efetivamente a ser vítima de crime, dificuldade em reconhecer o problema e ainda que existe uma enorme tendência para minimizar e ignorar o problema.

Tal pode ser justificado com a natureza quase romantizada que estes contactos assumem e que provocam alguma confusão na vítima, que poderá ter dificuldade em reconhecer o risco associado a este tipo de comportamentos e/ou em demonstrar de forma clara que este tipo de condutas lhe causa desconforto ou incómodo (APAV, 2013). Contudo, a definição fornecida por Spitzberg e Hoobler (2002) é discutível, uma vez que esta identifica como vítima de *cyberstalking* os indivíduos que experienciaram pelo menos um comportamento. O facto de ser um evento isolado, no que respeita à sua frequência indica que não há uma reiteração das condutas, nem uma continuidade do assédio e como tal poderá levar a vítima a não se reconhecer como vítima.

Relativamente à estatística inferencial, foram apenas encontradas diferenças significativas para a variável sexo para os comportamentos de ameaça, com os homens a serem o alvo mais frequente destes comportamentos, em comparação com as mulheres, com uma média de 2.13 e 1.66 respetivamente. Este resultado permite-nos então concluir que os homens são alvo de mais comportamentos de ameaça do que as mulheres.

Embora tenham sido feitas as análises para as restantes variáveis, quer para a Escala de Avaliação do *Cyberstalking* quer para Escala de *Coping* no *Stalking*, em nenhum dos casos se verificou a existência de significância estatística.

Tendo em conta os dados obtidos relativamente às estratégias de *coping* utilizadas pelos indivíduos, verificou-se que as vítimas de *cyberstalking* deste estudo usam com maior frequência, estratégias de *coping* que lhes permitem negar/minimizar os comportamentos do *stalker*, assim como evitar contactos com o mesmo.

Estes resultados vão de encontro com o estudo de Hensler-McGinnis (2008) que defende ser comum as vítimas optarem por ignorar/evitar o *cyberstalker*, e/ou negar ou tentar minimizar o problema. Tokunaga (2007) também concluiu no seu estudo que estas vítimas tendem a ignorar e evitar o *cyberstalker*, bem como a cortar o contacto com este. No entanto, o ato de negar e minimizar os comportamentos, constitui um problema para a vítima, pois a adoção deste tipo de estratégias permite ao *cyberstalker* dar continuidade ao assédio (Matos et al., 2011; Spitzberg & Cupach, 2001). Cupach e Spitzberg (2014) referem ainda que as vítimas de *cyberstalking* que empregam um maior número de estratégias de *coping* são aquelas que apresentam maior dificuldade em pôr termo à situação, o que a expõe a uma maior número de episódios de *stalking*. Se considerarmos o cenário do *stalking*, verificamos que existem diferentes categorias de estratégias de *coping* que podem ser adotadas, desde conseguir controlar, reduzir ou atenuar os comportamentos de assédio, recuperar a sua intimidade, afastar-se, rejeitar possíveis encontros ou até mesmo confrontar o *stalker*.

As estratégias mais usadas pelas vítimas são estratégias que englobam a subescala de negação e minimização de comportamentos, sendo que 77.2% tende a minimizar o problema e 71.2% tende a ignorá-lo. Tendo em consideração cada uma das subescalas é possível verificar que o recurso às restantes estratégias de *coping* é mais reduzido, no entanto em todas existe uma estratégia que se destaca. Na subescala negação e minimização do problema, além das estratégias já apontadas por serem as que representam maior prevalência é possível realçar a estratégia em que a vítima procura

atribuir um significado no geral (43.9%). Segue-se a subescala procura de apoio junto de terceiros. Aqui a estratégia com maior prevalência é a procura de compaixão dos outros e de suporte social, ambas com 33.3%. Relativamente à subescala confronto, a estratégia com maior prevalência consiste no uso de respostas protetivas eletrónicas (28.8%). No estudo de Tokunaga (2007) este referiu que as vítimas tendem a mudar de e-mail. Esta mudança pode ser considerada uma das muitas respostas protetivas que as vítimas podem adotar. Por fim e relativamente à subescala de negociação com o *stalker* destaca-se com maior prevalência a diminuição da seriedade da situação com o valor de 27.3%.

Com menor frequência, recorrem a respostas que visam as estratégias de *coping* assertivas, como a procura de apoio junto de terceiros, a procura da aplicação da lei/justiça e a procura de ajuda. Para lidar com o *stalking*, a vítima pode recorrer à ajuda de familiares, amigos e/ou conhecidos, bem como recorrer a instituições de apoio, com o propósito de obter apoio emocional e aconselhamento para que possa ter estabilidade e segurança (Cupach & Spitzberg, 2004, 2008; Spitzberg & Cupach, 2001). Também Hensler-McGinnis (2008), no mesmo estudo defende que é também comum as vítimas optarem por denunciar o caso às autoridades e a procurar ajuda, contudo tendo em conta os resultados obtidos, estes não vão de encontro com esta teoria. Este não reconhecimento dos comportamentos a ele inerentes e a reduzida procura de apoio por parte das vítimas traz também alguns efeitos, nomeadamente ao nível da prática dos profissionais e da adequação dos serviços de apoio (Grangeia & Matos, 2011; Matos et al., 2011).

Um outro indicador que pode ser também limitativo como recurso à justiça, prende-se com o facto de o *stalking* apenas ter sido tipificado recentemente e existir ainda desconhecimento quanto à sua tipificação.

Conclusão

O *cyberstalking* é um fenómeno recente, complexo, inovador, distinto de outras formas de vitimação. No entanto o *cyberstalking* não é substancialmente diferente do *stalking* convencional.

Foi possível responder às três questões de estudo que deram base à investigação. A prevalência do *cyberstalking* na amostra dos estudantes do ensino secundário corresponde a uma taxa de 68.0%, ainda que 25.5% tenha autorrelatado a vitimação.

Os comportamentos mais experienciados pelas vítimas foram os comportamentos de hiperintimidade, seguidos dos comportamentos de sabotagem e de ameaça e os menos frequentes, os comportamentos de transferência para a vida real.

Seria importante a realização de mais investigações na área, com o intuito de obter dados mais abrangentes e conclusivos. Além disso, os resultados obtidos apontam para a necessidade da realização de ações de informação/sensibilização sobre ao tema dirigidas a toda a comunidade, no sentido de alertar consciências para este problema social, informar acerca das especificidades do fenómeno, assim como divulgar estratégias de prevenção com o objetivo de prevenir ocorrências futuras, pois somente com o conhecimento profundo de um fenómeno é possível consciencializar a população para o seu impacto a nível pessoal e social.

As vítimas de *cyberstalking* usam com maior frequência, estratégias de *coping* que lhes permitem negar/minimizar os comportamentos do *stalker*, assim como evitar contactos com o mesmo. Com menor frequência, recorrem a respostas que visam as estratégias de *coping* assertivas, como a procura de apoio junto de terceiros, a procura da aplicação da lei/justiça e a procura de ajuda.

Segundo a estatística inferencial os homens são alvo de mais comportamentos de ameaça do que as mulheres.

Estes resultados permitem-nos ter uma melhor percepção fenómeno, assim como saber quais os comportamentos de *cyberstalking* mais frequentes e as estratégias de *coping* a que as vítimas mais recorrem.

O conhecimento do tipo de estratégias de *coping* utilizadas permite identificar como lidam as vítimas com o *cyberstalking*, identificar se recorrem a respostas adequadas e elaborar planos de intervenção que visam aconselhar a vítima a usar de estratégias adequadas que lhe permitam pôr termo à situação.

É importante ter em conta algumas possíveis limitações do estudo para que estas possam ser colmatas em investigações futuras.

Em primeiro lugar, a dimensão da amostra, por ser reduzida e não representativa da população alvo, não permite a generalização dos resultados. O objetivo inicial consistia em analisar a prevalência de *cyberstalking* numa amostra maior e representativa, e embora a internet permita uma divulgação prática do questionário, houve dificuldade em chegar aos estudantes de alguns distritos. Contudo, apesar desta dificuldade, tal também não foi possível também devido à baixa taxa de colaboração obtida por parte dos diretores das escolas contactadas. Assim sendo, seria pertinente obter uma amostra com mais alunos.

Para investigações futuras, seria pertinente avaliar junto dos estudantes do ensino secundário o impacto que o *cyberstalking* teve nas suas vidas e quais as características da personalidade.

Referências

- Aggarwal, S., Breeden, B., Henry, P., & Mulholland, J. (2006). A training tool for internet crimes against children cases. In M. S. Olivier, & S. Sheno (Eds), *Advances in Digital Forensics II*. Vol (pp. 317-330). Boston: Springer.
- Alexy, E. M., Burgess, A. W., Baker, T., & Smoyak, S. A. (2005). Perceptions of cyberstalking among college students. *Brief treatment and crisis intervention*, 5, 279-289.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2013). *Levar o Stalking a sério*. Retirado de: <http://www.apav.pt/stalking/>
- Baum, K., Catalano, S., Rand, M., & Rose, K. (2009). Stalking victimization in the United States. Washington, DC: U.S. Department of Justice. Retirado em de: http://www.google.pt/books?hl=ptPT&lr=&id=vAF14C982tcC&oi=fnd&pg=PA1&dq=stalking+Victimization+in+the+United+States.&ots=3YgCIFPOM&sig=chyy5mZEjr97icGJDX1xD4MxxFU&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false
- Black, M.C., Basile, K.C., Breiding, M.J., Smith, S.G., Walters, & Stevens, M.R. (2011). *The National Intimate Partner and Sexual Violence Survey (NISVS): 2010 Summary Report*. Atlanta, GA: National Center for Injury Prevention and Control, Centers for Disease Control and Prevention.
- Bocij, P. (2002). Corporate cyberstalking: an invitation to build theory. *Peer-reviewed Journal on the Internet*, 7(11). Retirado de: <http://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/1002/923>
- Budd, T., Mattinson, J., & Myhill, A. (2000). *The extend & nature of stalking: Findings from the 1998 British crime survey*. Home office research study 210.

- Caridade, S. M. (2008). *Violência nas Relações de Intimidade: Comportamentos e Atitudes dos Jovens* (Tese de Doutoramento não publicada). Universidade do Minho, Braga.
- Carvalho, C. (2010). *Cyberstalking: prevalência na população universitária da Universidade do Minho* (Tese de mestrado não publicada). Universidade do Minho, Portugal.
- Carvalho, M. P. L. (2010). *O combate ao stalking em Portugal: contributos para a definição de um protocolo de intervenção policial* (Tese de Mestrado não publicada). Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Porto
- Carvalho, C. (2011). *Cyberstalking: prevalência na população universitária da Universidade do Minho* (Tese de mestrado não publicada) Universidade do Minho, Braga.
- Código Penal (2015). Edições Almedina, SA.
- Cupach, W. R., & Spitzberg, B. H. (2004). *The dark side of relationship pursuit: From attraction to obsession and stalking*. Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Cupach, W. R., & Spitzberg, B. H. (2008). “Thanks but no thanks...”: The occurrence and management of unwanted relationship pursuit. In S. Sprecher, A. Wenzel, & J. Harvey (Eds.), *Handbook of relationship initiation* (pp. 409-424). New York: Taylor & Francis.
- Cupach, W. R., & Spitzberg, B. H. (2014). *The dark side of relationship pursuit: From attraction to obsession and stalking* (2nd ed.). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Dalbosco, D. (2003). O processo de coping em crianças e adolescentes: adaptação e desenvolvimento. *Temas em Psicologia*, 11(1), 38–45.

- Ferreira, F., Martins, P., & Abrunhosa, R. (2011). *Online sexual grooming: a cross-cultural perspective on online child grooming victimization*. 20th World Congress for Sexual Health, 12-16 junho, Glasgow, Reino Unido.
- Ferreira, C., & Matos, M. (2013). Violência doméstica e stalking pós-rutura: Dinâmicas, coping e impacto psicossocial na vítima. *Psicologia*, XXVII(2), 81-106.
- Finn, J. (2004). A survey of online harassment at a university campus. *Journal of interpersonal violence*, 19(4), 468-483.
- Grangeia, H., & Matos, M. (2010). Stalking: Consensos e controvérsias. In C. Machado. *Novas formas de vitimação criminal* (pp. 121-166). Braga: Psiquilibrios edições.
- Grangeia, H., & Matos, M. (2011). Da invisibilidade ao reconhecimento do stalking. Em A. I. Sani, *Temas de Vitimologia: Realidades Emergentes na Vitimação e Respostas Sociais* (pp. 61-84). Coimbra: Almedina.
- Gregorie, T. M. (2001). *Cyberstalking: Dangers on Information SuperHighway*. National Center for Victims of Crime. Retirado de <https://www.victimsofcrime.org/docs/src/cyberstalking---dangers-on-the-information-superhighway.pdf?sfvrsn=2>
- Haugaard, J., & Seri, L. (2004). Stalking and other forms of intrusive contact among adolescents and young adults from the perspective of the person initiating the intrusive contact. *Criminal Justice and Behavior*, 31(1), 37-54. Retirado de: http://www.researchgate.net/publication/237453793_stalking_and_Other_Forms_of_Intrusive_Contact_Among_Adolescents_and_Young_Adults_From_the_Perspective_of_the_Person_Initiating_the_Intrusive_Contact.
- Hensler-McGinnis, N. F. (2008). *Cyberstalking victimization: Impact and coping responses in a national university sample*. USA: ProQuest.

Instituto Nacional de Estatística (2012). *Inquérito à utilização de tecnologias da informação e da comunicação pelas famílias*. Retirado de:

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=133548146&DESTAQUESmodo=2

Instituto Nacional de Estatística (2014). *Inquérito à utilização de tecnologias da informação e da comunicação pelas famílias*. Retirado de:

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=211422735&DESTAQUESstema=00&DESTAQUESmodo=2

Luz, N. (2012). *Tipificação do crime de stalking no código penal português. Introdução ao tema: Análise e proposta de lei criminalizadora*. Tese de Mestrado não publicada. Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.

Lei nº 83/2015 de 5 de Agosto, Alteração ao Código Penal.

Matos, M., Grangeia, H., Ferreira, C., & Azevedo, V. (2011). *Stalking: Boas práticas no apoio à vítima – manual para profissionais*. Porto: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Matos, M. Pereira, F. (2015). Cyberstalking entre adolescentes: Uma nova forma de assédio e perseguição? *Psicologia, saúde & doenças*, 16(1), 57-69.

Matos, M., Grangeia, H., Ferreira, C., & Azevedo, V. (2011). *Inquérito de Vitimação por stalking - Relatório de investigação*. Universidade do Minho, Escola de Psicologia, Braga.

Matos, M., Grangeia, H., Ferreira, C., & Azevedo, V. (2012). Vitimação por stalking: Preditores do medo. *Análise Psicológica*, 30(1-2), 161-176.

McEwan, T. E., Mullen, P. E., & MacKenzie, R. (2009). A study of the predictors of persistence in stalking situations. *Law human behaviour*, 33, 149-158.

- McFarlane, L., & Bocij, P. (2003). Na exploration of predatory behavior in cyberspace: Towards a typology of cyberstalkers. *First Monday*, 8(9), 1-14.
- Mechanic, M. B. (2002). stalking victimization: clinical implications for assessment and intervention. In K. E. Davis, I. Hanson, & R. D. Maiuro (Eds.), *stalking: perspectives on victims and perpetrators* (31-45). New York: Springer.
- Meloy, J. (1998). The psychology of stalking. In J. R. Meloy (Org.). *The psychology of stalking: clinical and forensic perspectives* (1-23). San Diego, CA: Academic Press. Retirado de: https://books.google.pt/books?hl=ptPT&lr=&id=aeoz9f0rh2oC&oi=fnd&pg=PP1&dq=The+psychology+of+stalking:+clinical+and+forensic+perspectives++PDF&ots=WfYaZiB02v&sig=Hc7hBheR6dKJDUvye9_caFvgPW0&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false
- Purcell, R., Pathé, M., & Mullen, P. E. (2001). A study of women who stalk. *American Journal of Psychiatry*, 158, 2056-2060.
- Pathé, M., Mullen, P., & Purcell, R. (2001). Management of victims of stalking. *Advances in Psychiatric Treatment*, 7, 399-406. Retirado de: http://www.researchgate.net/publication/239919285_Management_of_victims_of_stalking
- Phillips, M. & Spitzberg, B. (2010). Speculating about spying on Myspace and beyond: Social network surveillance and obsessive relational intrusion. In K. Wright & L. Webb (Eds.), *Computer-mediated communication in personal relationships* (344-367). New York: Peter Lang.
- Sheridan, L. P., Blaauw, E., & Davies, G. M. (2003). Stalking: knowns and unknowns. *Trauma, Violence, & Abuse*, 4, 148-162;
- Sheridan, L., & Grant, T. (2007). Is cyberstalking different? *Psychology, Crime & Law*,

13, 627-640.

Southworth, C., Finn, J., Dawson, S., Fraser, C., & Tucker, S. (2007). Intimate partner violence, technology, and stalking. *Violence against women, 13*(8), 842-856;

Spitzberg, B. H., & Cupach, W. R. (2003). What mad pursuit? Obsessive relational intrusion and stalking related phenomena. *Aggression and violent behavior, 8*, 345-375.

Spitzberg, B. H., & Cadiz, M. (2002). The media construction of stalking stereotypes. *Journal of Criminal Justice and Popular Culture, 9*(3), 128-149;

Spitzberg, B. H., & Hoobler, G. (2002). Cyberstalking and the technologies of interpersonal terrorism. *New media & society, 4*, 67 – 88.

Spitzberg, B. H., & Cupach, W. R. (2007). *Cyberstalking as a (mis)matchmaking*. In M. Whitty, A. Baker, J. Inman (Eds.), *Online matchmaking* (pp., 127-146). New York: Palgrave Macmillan.

Spitzberg, B. H., Cupach, W. R., Hannawa, A. F., & Crowley, J. P. (2014). A preliminary test of a relational goal pursuit theory of obsessive relational intrusion and stalking. *Studies in communication sciences, 14*(1), 29-36.

Tavani, H. & Grodzinsky, F. (2002). Cyberstalking, personal privacy, and moral responsibility. *Ethics and Information Technology, 4*(2), 123-132;

Tjaden, P., & Thoennes, N. (1998). *Stalking in America: findings from the national violence against women survey*. Washington, DC: National Institute of Justice, Centers for Disease Control and Prevention.

Tokunaga, R. S. (2007). *Cyber-intrusions: Strategies of coping with online obsessive relational intrusion* (Tese de mestrado não publicada). University of Hawaii: USA.

Vaz-Serra, A., Firmino, H., & Ramalheira, C. (1988). Estratégias de coping e de auto-conceito. *Psiquiatria Clínica*, 9(4), 317-322;

Working to Halt Online Abuse –WHOA (2011). *Cyberstalking statistics*. Retirado de: <http://www.haltabuse.org/resources/stats/2011Statistics.pdf>.

Wykes, M. (2007). Constructing crime: Culture, stalking, celebrity and cyber. *Crime, Media, Culture*, 3(2), 158-174;

Anexos

Anexo 1. Correlação da variável idade com as subescalas EAC;

		Idade	EAC - Transferência para a vida real	EAC - Hiperintimidade	EAC - Ameaça	EAC - Sabotagem
Idade	Pearson Correlation	1	,023	,157*	,070	-,008
	Sig. (2-tailed)		,730	,015	,282	,901
	N	237	237	237	237	237
EAC - Transferência para a vida real	Pearson Correlation	,023	1	,416**	,570**	,474**
	Sig. (2-tailed)	,730		,000	,000	,000
	N	237	237	237	237	237
EAC - Hiperintimidade	Pearson Correlation	,157*	,416**	1	,633**	,466**
	Sig. (2-tailed)	,015	,000		,000	,000
	N	237	237	237	237	237
EAC - Ameaça	Pearson Correlation	,070	,570**	,633**	1	,589**
	Sig. (2-tailed)	,282	,000	,000		,000
	N	237	237	237	237	237
EAC - Sabotagem	Pearson Correlation	-,008	,474**	,466**	,589**	1
	Sig. (2-tailed)	,901	,000	,000	,000	
	N	237	237	237	237	237

*. Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Anexo 2. Correlação variável região com as subescalas da EAC;

		Região onde vive	EAC - Transferência para a vida real	EAC - Hiperintimidade	EAC - Ameaça	EAC - Sabotagem
Região onde vive	Pearson Correlation	1	-,030	,046	-,006	-,005
	Sig. (2-tailed)		,628	,459	,917	,941
	N	259	259	259	259	259
EAC - Transferência para a vida real	Pearson Correlation	-,030	1	,459**	,607**	,488**
	Sig. (2-tailed)	,628		,000	,000	,000
	N	259	259	259	259	259
EAC - Hiperintimidade	Pearson Correlation	,046	,459**	1	,630**	,493**
	Sig. (2-tailed)	,459	,000		,000	,000
	N	259	259	259	259	259
EAC - Ameaça	Pearson Correlation	-,006	,607**	,630**	1	,647**
	Sig. (2-tailed)	,917	,000	,000		,000
	N	259	259	259	259	259
EAC - Sabotagem	Pearson Correlation	-,005	,488**	,493**	,647**	1
	Sig. (2-tailed)	,941	,000	,000	,000	
	N	259	259	259	259	259

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Anexo 3. Correlação variável idade com as subescalas da Escala de Coping no Stalking;

		Idade	SCM - Negar/minimizar os comportamentos	SCM - Procura de apoio junto de terceiros	SCM - Confronto	SCM - Evitar contactos	SCM - Negociação
Idade	Pearson Correlation	1	-,053	-,144	-,050	-,068	-,145
	Sig. (2-tailed)		,672	,249	,692	,589	,246
	N	259	66	66	66	66	66
SCM - Negar/minimizar os comportamentos	Pearson Correlation	-,053	1	,494**	,357**	,543**	,621**
	Sig. (2-tailed)	,672		,000	,003	,000	,000
	N	66	66	66	66	66	66
SCM - Procura de apoio junto de terceiros	Pearson Correlation	-,144	,494**	1	,620**	,544**	,654**
	Sig. (2-tailed)	,249	,000		,000	,000	,000
	N	66	66	66	66	66	66
SCM - Confronto	Pearson Correlation	-,050	,357**	,620**	1	,379**	,702**
	Sig. (2-tailed)	,692	,003	,000		,002	,000
	N	66	66	66	66	66	66
SCM - Evitar contactos	Pearson Correlation	-,068	,543**	,544**	,379**	1	,587**
	Sig. (2-tailed)	,589	,000	,000	,002		,000
	N	66	66	66	66	66	66
SCM - Negociação	Pearson Correlation	-,145	,621**	,654**	,702**	,587**	1
	Sig. (2-tailed)	,246	,000	,000	,000	,000	
	N	66	66	66	66	66	66

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Anexo 4. Correlação variável região com as subescalas da Escala de *Coping* no *Stalking*;

		Região onde vive	SCM - Negar/minimizar os comportamentos	SCM - Procura de apoio junto de terceiros	SCM - Confronto	SCM - Evitar contactos	SCM - Negociação
Região onde vive	Pearson Correlation	1	-,198	-,075	-,055	-,167	-,185
	Sig. (2-tailed)		,111	,547	,661	,179	,137
	N	259	66	66	66	66	66
SCM - Negar/minimizar os comportamentos	Pearson Correlation	-,198	1	,494**	,357**	,543**	,621**
	Sig. (2-tailed)	,111		,000	,003	,000	,000
	N	66	66	66	66	66	66
SCM - Procura de apoio junto de terceiros	Pearson Correlation	-,075	,494**	1	,620**	,544**	,654**
	Sig. (2-tailed)	,547	,000		,000	,000	,000
	N	66	66	66	66	66	66
SCM - Confronto	Pearson Correlation	-,055	,357**	,620**	1	,379**	,702**
	Sig. (2-tailed)	,661	,003	,000		,002	,000
	N	66	66	66	66	66	66
SCM - Evitar contactos	Pearson Correlation	-,167	,543**	,544**	,379**	1	,587**
	Sig. (2-tailed)	,179	,000	,000	,002		,000
	N	66	66	66	66	66	66
SCM - Negociação	Pearson Correlation	-,185	,621**	,654**	,702**	,587**	1
	Sig. (2-tailed)	,137	,000	,000	,000	,000	
	N	66	66	66	66	66	66

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).